

Discurso Político e Poder: A Instrumentalização da Ideia de Autodeterminação pela Classe Política Madeirense no Período 2010-2017

Sara José Rodrigues Correia

Orientador: Professora Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Ciência Política

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Dedicatória

Existem cesuras que ninguém quer curar,
Choros que não molham,
Feridas que não sangram
Clamores que ninguém escuta,
E apesar da distância,
Aos meus papás consagro esta dissertação,
Ao papá que me deu um céu,
E à mamã que me deu as asas para voar.

Por vezes, sentimos que o que fazemos é uma gota,
Uma gota de água salgada na imensidão dos oceanos,
Felizmente, a gota se manteve resistente perante as tempestades,
Por isso, a ti, meu amor, dedico esta dissertação.

Agradecimentos

Um trabalho de Mestrado é uma longa jornada, que inclui uma trajetória permeada por incertezas, alegrias e percalços durante o seu trilhar. Apesar do cubículo solitário a que estamos confinados, reúne contributos indispensáveis de várias pessoas que ajudam a encontrar o melhor rumo. Debulhar esta caminhada só foi possível com o apoio de várias pessoas a quem, verdadeiramente, agradeço.

À Professora Isabel David, primeiramente, agradeço por ter aceite ser minha orientadora. Ressalvo a sua exigência, o seu empenho e incentivo na realização desta dissertação, permitindo o enriquecimento quer académico, quer pessoal. Não posso deixar de salientar os ensinamentos que transmitiu, a sua disponibilidade e o seu trato, correto e rigoroso, com que abordou as nossas reuniões de trabalho, sem nunca ter permitido que o desalento se instalasse. Também, gratifico o interesse que sempre manifestou e a autonomia que me concedeu.

Aos meus pais, agracio a sólida confiança e infinito apoio que me mimosaram. Obrigada por me ensinarem a viajar e a seguir os meus passos. Pela educação que me deram e por estarem sempre ao meu lado, tanto nos júbilos como nos momentos difíceis. Somente posso agradecer o que vocês têm me dado, pois jamais conseguirei compensar, devidamente, a vossa dedicação.

Ao Nuno, que é a pessoa que a vida escolheu para ser meu parceiro, com quem passei e passarei por muitos momentos de aventuras, me tranquiliza dizendo: calma, depois vai compensar! Gratifico as tuas palavras de força, a paciência e o carinho desde o sempre para o sempre. E agradecer-te não será algo que possa escrever numa folha, mas algo que irei retribuir ao longo da vida.

À Catarina, que quando olhamos para o nosso lado, desde 1998, e vemos alguém que está sempre presente, essa pessoa nunca nos deixará. E só por isso estarei sempre grata. Além de que amigos que nos dão força e que lutam para nos ver felizes, são raros hoje em dia.

Filipa, já alguém me dizia que as amigas são as melhores psicólogas do universo. Tal comprovou-se. Agradeço-te por seres um exemplo de força. Infelizmente, dificilmente conseguirei gratular devidamente o teu apoio, incentivo, amizade, paciência em ouvir os meus prantos e companhia de tardes de escrita apenas com estas palavras, mas temos uma longa vida à nossa frente que me permitirá compensar-te.

Marta, talvez não existam palavras suficientes que me permitam agradecer a tua companhia e amizade ao longo destes anos. Com todo o carinho agradeço o teu companheirismo, as aulas de inglês e por te lembrares de mim naqueles dias mais solitários.

Gege, se tivéssemos a consciência do quanto a vida é efémera, talvez ponderássemos duas vezes antes jogar fora as oportunidades que temos. Mas como os amigos são a família que escolhemos e eu tive a oportunidade de construí-la contigo, posso dizer que a vida não foi madrasta connosco.

Ana, obrigada pelas tuas mensagens e palavras de amizade e de força para continuar esta jornada académica apesar da distância. Que continuemos sempre trocando gestos de amizade.

Resumo

A dissertação tem como objeto de estudo a autodeterminação da classe política madeirense reivindicada durante os discursos proferidos nas sessões legislativas regionais, entre 2010-2017. A escolha deve-se ao facto de apesar a ligação entre o discurso da autodeterminação e a formação de novos Estados ser constante ao longo dos tempos, o seu estudo encontra-se pouco representado na literatura. Deste modo, o objetivo é identificar e explicar a posição e intenção da autodeterminação da classe política madeirense proferida durante os discursos parlamentares regionais durante e pós crise económico-financeira.

A questão nuclear que norteia a investigação é: Com que intenção usou a classe política madeirense o discurso de autodeterminação durante os anos da Troika em Portugal?

Para tal socorri à metodologia qualitativa e quantitativa, mais concretamente o método da análise de conteúdo e ao *software* MAXQDA.

O principal *outcome* é o de que a classe política da RAM profere um discurso como símbolo de poder e como uma ferramenta de contestação contra o poder do Governo Central e que com o objetivo de obter financiamentos, através do discurso, ergue um movimento de autodeterminação acentuada e persuasivamente durante o período de crise financeira, crescendo na era da Troika, enquanto que a partir do período pós-Troika as reivindicações tornam-se menos frequentes e menos agudas.

Palavras-chave: autodeterminação, classe política, crise económico-financeira, análise de conteúdo, Região Autónoma da Madeira, discursos

Political Discourse and Power: The Instrumentalization of the Idea of Self-determination by Madeira's Political Class Between 2010-2017

Abstract

The aim of this study was to explore the self-determination claims of the political class in Madeira during the speeches delivered in the regional legislative sessions between 2010-2017. This choice comes from the fact that, despite the link between the self-determination speech and the formation of new States being constant throughout the years, the study is not represented enough in literature. In this sense, the intent is to identify and explain the self-determination claimed by Madeira's political class at the regional legislative sessions during and after the financial crisis.

The nuclear question that guides this investigation is: What was the intention of the Madeira's political class in using a self-determination speech through all of the troika years in Portugal?

For this, I used a qualitative and quantitative methodology, more specifically the method of content analysis and the software MAXQDA.

The main result is that the political class produces speeches as a symbol of power and as a tool of contesting against the power of the Central government. So, to get funding, through the speeches, a movement of strong and persuasive self-determination was upraised during the period of financial crisis, increasing in the era of the Troika, while from the Post-Troika period the claims become less frequent and less critical.

Keywords: self-determination, political class, economic and financial crisis, content analysis, Autonomous Region of Madeira, speeches

Índice

Dedicatória.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract.....	v
CAPÍTULO I – Introdução.....	1
1. Escolha do tema e sua justificação	1
2. Revisão da literatura	3
3. Pergunta de partida e Hipóteses de Investigação.....	5
4. Operacionalização dos Conceitos	6
4.1. Autonomia Regional.....	6
4.2. Independência	7
4.3. Autodeterminação.....	7
5. Enquadramento teórico	8
5. 1. O Discurso Como Estratégia.....	8
5.2. Discurso Político e Poder.....	10
5.3. Discurso e Autodeterminação	11
6. Metodologia Adotada	13
CAPÍTULO II – Dos projectos de autonomia à intervenção da Troika	17
1. A evolução do projeto de autonomia	17
2. História económica e financeira da RAM.....	21
3. O impacto da crise a intervenção da Troika no financiamento e autonomia da RAM	24
3.1. Ano de 2010.....	24
3.2. Ano de 2011	25
3.2. Ano de 2012.....	26
3.3. Ano de 2013.....	28
3.4. Ano de 2014.....	30

3.5. Ano de 2015	31
3.6. Ano de 2016	32
3.7. Ano de 2017	33
CAPÍTULO III - Apresentação de resultados	34
1. Resultados da análise de 2010	34
1.1. Nuvem de palavras.....	34
1.2. Matriz de contingência	35
1.3. Coocorrência	35
1.4. Correlação	35
2. Resultados da análise de 2011	36
2.1. Nuvem de palavras.....	36
2.2. Matriz de contingência.....	36
2.3. Coocorrência	36
2.4. Correlação	37
3. Resultados da análise de 2012	37
3.1. Nuvem de palavras.....	37
3.2. Matriz de contingência.....	38
3.3. Coocorrência	38
3.4. Correlação	38
4. Resultados de 2013	39
4.1. Nuvem de palavras.....	39
4.2. Matriz de contingência.....	39
4.3. Coocorrência	39
4.4. Correlação	40
5. Resultados de 2014	40
5.1. Nuvem de palavras.....	40
5.2. Matriz de contingência.....	40

5.3. Coocorrência.....	41
5.4. Correlação.....	41
6. Resultados de 2015	41
6.1. Nuvem de palavras.....	41
6.2. Matriz de contingência.....	42
6.3. Coocorrência.....	42
6.4. Correlação.....	42
7. Resultados de 2016	43
7.1. Nuvem de palavras.....	43
7.2. Matriz de contingência.....	43
7.3. Coocorrência.....	43
7.4. Correlação.....	44
8. Resultados 2017.....	44
8.1. Nuvem de palavras.....	44
8.2. Matriz de contingência.....	44
8.3. Coocorrência.....	45
8.4. Correlação.....	45
CAPÍTULO IV - Discussão de Resultados	46
1. Ano de 2010.....	46
1.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	46
1.2. Coocorrência e correlação.....	46
2. Ano de 2011.....	48
2.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	48
2.2. Coocorrência e correlação.....	48
3. Ano de 2012.....	50
3.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	50
3.2. Coocorrência e correlação.....	50

4. Ano de 2013.....	52
4.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	52
4.2. Coocorrência e correlação.....	52
5. Ano de 2014.....	54
5.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	54
5.2. Coocorrência e correlação.....	54
6. Ano de 2015.....	56
6.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	56
6.2. Coocorrência e correlação.....	56
7. Ano de 2016.....	57
7.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	57
7.2. Concorrência e correlação.....	57
8. Ano de 2017.....	58
8.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência	58
8.2. Coocorrência e correlação.....	59
CAPÍTULO V – Conclusão.....	60
Bibliografia.....	63

Índice de Figuras

Figura 1 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2010	34
Figura 2 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2010	35
Figura 3 Coocorrência dos indicadores referentes a 2010.....	35
Figura 4 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2011	36
Figura 5 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2011	36
Figura 6 Coocorrência dos indicadores referentes a 2011.....	36
Figura 7 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2012	37
Figura 8 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2012	38
Figura 9 Coocorrência dos indicadores referentes a 2012.....	38
Figura 10 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2013	39
Figura 11 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2013	39
Figura 12 Coocorrência dos indicadores referentes a 2013.....	39
Figura 13 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2014	40
Figura 14 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2014	40
Figura 15 Coocorrência dos indicadores referentes a 2014.....	41
Figura 16 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2015	41
Figura 17 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2015	42
Figura 18 Coocorrência dos indicadores referentes a 2015.....	42
Figura 19 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2016	43
Figura 20 Matriz de Contingência dos indicadores referentes a 2016	43
Figura 21 Coocorrência dos indicadores referentes a 2016.....	43
Figura 22 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2017	44
Figura 23 Matriz de Contingência dos indicadores referentes a 2017	44
Figura 24 Coocorrência dos indicadores referentes a 2017.....	45

Índice de Tabelas

Tabela 1 Pontos chave para a análise de conteúdo dos discursos da classe política proferidos durante as sessões legislativas entre 2010 – 2017	33
Tabela 2 Correlação dos indicadores referentes a 2010	34

Tabela 3	Correlação dos indicadores referentes a 2011	36
Tabela 4	Correlação dos indicadores referentes a 2012	37
Tabela 5	Correlação dos indicadores referentes a 2013	39
Tabela 6	Correlação dos indicadores referentes a 2014	40
Figura 7	Correlação dos indicadores referentes a 2015.....	41
Figura 8	Correlação dos indicadores referentes a 2016.....	43
Figura 9	Correlação dos indicadores referentes a 2017.....	44

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Evolução dos termos equivalentes de autodeterminação	12
-----------	--	----

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

BCE – Banco Central Europeu

BE – Bloco de Esquerda

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FLAMA – Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPC – Índice de preço do consumidor

JPP – Juntos Pelo Povo

MAIA – Movimento da Autonomia das Ilhas Atlânticas

RP – Rendimento primário

RD – Rendimento disponível

RAM – Região Autónoma da Madeira

PAEF – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro

PAEF – RAM - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro – Região Autónoma da Madeira

PCP – Partido Comunista Português

PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimento e Despesas Desenvolvimento da Administração Central

PPD/PSD – Partido Popular Democrata / Partido Social Democrata

PS – Partido Socialista

RAM – Região Autónoma da Madeira

VAB – Valor Acrescentado Bruto

UE15 – União Europeia dos 15

UE28 – União Europeia dos 28

CAPÍTULO I – Introdução

1. Escolha do tema e sua justificação

Apesar da comunidade política, esse algo que vai além do Estado, pretender se assumir afetiva e culturalmente como uma Pátria, um povo ou uma Nação, partilhar significados comuns e tentar ser mais do que uma soma de eus, dado procurar a dimensão do nós, quando cada um dos membros dessa comunidade consegue identificar-se com o todo, ao comungar símbolos mobilizadores (Maltez, s.d.), entre a RAM e o Continente português passa um mar que nem sempre se une, que nem sempre se separa, mas que torna longe muitas distâncias (Vieira, 2012: 139). Neste seguimento, o Estado, ou seja, a organização política nem sempre coincide com a Nação, uma vez que a forma como se chegou à configuração final é determinante no sentimento de pertença ou não; ou porque esta perceção é distinta quando subsistem ressentimentos dentro de um Estado, seja por razões históricas, quer por predominância política, seja pela distribuição de capital injusta, seja por etnia, cultura ou motivos religiosos e, consequentemente, tendem a surgir movimentos de autodeterminação (Abbink e Brandts, 2009: 1).

A Carta das Nações Unidas foi o primeiro documento de Direito Internacional a referir-se ao princípio da autodeterminação dos povos como um dos princípios base do desenvolvimento de relações entre as Nações e do fortalecimento da paz (artigo 1.º n.º 2 da Carta das Nações Unidas). Apesar do seu estatuto jurídico ter sido apenas cristalizado em 1945, as suas raízes enquanto conceito filosófico ou princípio político derivam, essencialmente, do pensamento iluminista do século XVIII (Pereira, 2015: 1). É esse ideal emancipador que encontramos na génese da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), em que comunidades politicamente conscientes romperam com uma ordem política ilegítima baseada no poder de uma potência estrangeira ou de uma elite nacional que decidia sobre o seu destino e estatuto político, cultural, social e económico (Pereira, 2015: 1). Presente como ideal por detrás dos processos de descolonização, a aplicação do princípio da autodeterminação foi fundamental na argumentação política e jurídica dos movimentos anticoloniais no século XX (Pereira, 2015: 1-2). Enquanto princípio da nacionalidade, esteve presente no redesenho do mapa europeu, na sequência da I Guerra Mundial (Pereira, 2015: 2). Também, foi o móbil emancipador das forças políticas que levaram ao desmantelamento das federações soviética, checoslovaca e jugoslava na década de 1990 (Pereira, 2015: 2). Apesar de ser invocado para a

sustentação política de processos de secessão territorial, o ideal de autodeterminação nem sempre se materializou na criação de novos Estados, estando a sua aplicação refém da sua posição relativa em relação às linhas orientadoras da ordem internacional (Pereira, 2015: 2).

Dentro desta ótica, a palavra autodeterminação é cruciforme na legitimidade das entidades políticas do sistema internacional, sobretudo quanto à configuração que se espera que assumam em termos de delimitação territorial, critérios de pertença, modos de governação e política externa (Abulof, 2015: 2). A autodeterminação tem um papel na evolução das ideias, das normas e das práticas relativas à construção das identidades e lealdades políticas (Abulof, 2015: 2). Mas, a autodeterminação transcendeu de uma mera frase para se tornar numa das mais poderosas estratégias de legitimação que molda a política (Goddard, 2009), isto é, os atores estatais dominam a autodeterminação como um princípio e uma prática, mantendo o termo e subsequentes termos equivalentes, mudando o seu significado e utilizando-no como um recurso e fonte de ameaça (Abulof, 2015: 4).

No caso luso, a solidariedade entre os portugueses, subentendida na partilha dos meios que o poder central opera para a região insular madeirense, esbate-se no plano da conflitualidade inerente à contradição entre o poder de governar a Madeira e o controle, pelo poder central, dos meios para o fazer (Branquinho, 1997: 118). Além de que por parte da população e classe política madeirense, há a definição de uma identidade própria, a *madeirensidade*, que se expressa num território distinto e numa narrativa alheia a Portugal Continental (Rodrigues, s.d.). Apesar de existirem vocábulos que parecem sopitados ao ponto de nos esquecermos deles, como a autonomia e a independência, estes estão patentes nos discursos quer da classe política, quer da população madeirense.

Apesar da ligação entre o discurso da autodeterminação e a formação de novos Estados ser constante ao longo dos tempos, a sua correlação encontra-se pouco representada na literatura científica (Abulof, 2015: 2), principalmente portuguesa. Muito menos prevalente é a bolsa de estudos sobre o discurso relativo à autodeterminação (Simpson, 2012), o que se traduz numa lacuna, uma vez que o edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e a linguagem é o principal instrumento (Berger & Luckmann, 1967: 64).

Com a necessidade de colmatar esta falha científica, o objeto de estudo da dissertação traduz-se na posição que a classe política madeirense adota durante os discursos proferidos nas sessões legislativas regionais, entre 2010-2017. A escolha do “alvo” do objeto de estudo deve-

se ao facto da consideração da antiga “Irlanda portuguesa” (RAM) ser um tema complexo, até porque a questão da secessão da Madeira a favor dos britânicos foi um dos temas históricos a ser recuperado, particularmente, nos primeiros meses da Grande Guerra, pois a ilha poderia ser um ponto estratégico (à semelhança do que sucedera durante as guerras napoleónicas), quando se voltava a destacar a importância do Atlântico para o Império Britânico e se reconhecia como Portugal, usando a Madeira, o poderia auxiliar e daí retirar contrapartidas (Rodrigues, s.d.: 171). Já estando no século XXI e sabendo que as ideias evoluem, o objetivo é identificar e explicar a posição e intenção da autodeterminação da classe política madeirense proferida durante os discursos parlamentares regionais durante e pós crise económico-financeira. Tal como será possível verificar mais adiante, a escolha deste período temporal deve-se ao facto de a crise se tornar num instrumento de políticas redutoras da autonomia política e administrativa da RAM, isto é, a crise económico-financeira tornou-se num meio de recuos naquilo que representa o progresso quer político, quer económico ou até mesmo social da RAM. Neste sentido, como a autonomia da Região não escapou aos ataques, concludentemente, impostos pela crise, a classe política reagiu ao reivindicar mais autonomia e, em menos frequência, independência, pois trata-se de uma forma institucional de tentar solucionar os problemas endógenos da Madeira. Por outro lado, devido às limitações financeiras impostas neste contexto crítico, verificar-se-á a verdadeira intenção da utilidade da autodeterminação por parte da classe política madeirense.

A pesquisa responde à necessidade de uma compreensão multidisciplinar das reivindicações da classe política madeirense. Uma vez que o estudo relaciona o discurso, a história, a economia, a política e a linguagem apresenta algumas vantagens em relação aos estudos anteriores. No domínio da Ciência Política, através da revisão da evolução da autodeterminação, será possível apresentar uma nova compreensão e aplicação da autodeterminação, ou seja, além de um direito, poderá ser uma estratégia discursiva aplicada por atores estatais.

2. Revisão da literatura

Tal como referido anteriormente, verifica-se que existe uma lacuna dos estudos sobre a forma como é empregado o discurso relativo à autodeterminação (Simpson, 2012), sobretudo em Portugal. Neste sentido, após a revisão da literatura, o historiador, Alberto Vieira foi o único a abordar o tema.

Na obra *A Autonomia e a História das Ilhas*, Alberto Vieira afirma que o discurso histórico é o alicerce da autonomia político-administrativa (Vieira, 2003: 143). O historiador acrescenta que a barreira geográfica, as dificuldades e as respostas serôdias das autoridades centrais contribuíram para consolidar o sentimento autonómico (Vieira, 2003: 143). O debate autonómico deve-se à definição das relações, desde os inícios do povoamento, entre a ilha e a metrópole (Vieira, 2003: 145). A ideia de colónia era entendida no sentido de ordem financeira e política, isto é, na ideia de domínio político e espoliação financeira (Vieira, 2003: 145). Nos anos oitenta do século XIX, foi colocada a hipótese da independência, a qual era uma ameaça capaz de chamar a atenção da metrópole (Vieira, 2003: 165 - 166). O debate autonómico dos anos 20 do século XX, tinha como alvo o domínio do afrontamento ao governo central e a reclamação contra a espoliação financeira e abandono (Vieira, 2003: 168). As vozes que lutavam pela autonomia política partiram da constatação da realidade financeira pautada pela sangria da riqueza arrecadada (Vieira, 2003: 150). O fervor autonomista foi abafado pelo Governo da Ditadura, pois os autonomistas se acomodaram a um estatuto de fiéis (Vieira, 2003: 169). Os grupos, que no período do Verão Quente (1975) arvoraram a bandeira da independência, apresentaram, no seu discurso de reivindicação independentista, a ideia de colónia (Vieira, 2003: 149). Foi neste período que mais se colocou a ideia de independência com projetos concretos no sentido da sua realização (Vieira, 2003: 167). Por conseguinte, surgiram grupos que se afirmaram, maioritariamente, por comunicados, sendo a FLAMA que maior consistência teve no discurso político, sendo responsabilizada pelos diversos atentados bombistas ocorridos entre 1975 e 1976 (Vieira, 2003: 167). Da sua política independentista criou uma bandeira, divulgou a sua moeda, o Zarco e criou um Governo clandestino na Flórida (Vieira, 2003: 167).

Em *Autonomia insular. Alguns dados para outra leitura* o autor acrescenta que a partir de 1822, a voz insular ganhou relevo no Continente, através das representações dos deputados (Vieira, 2016a: 10). Entrou no vocabulário dos políticos regionais um novo termo, os custos da insularidade (Vieira, 2016a: 11). O espírito autonomista e regional despertou através de uma afirmação de Pestana Reis: *No dia em que for decretada a completa autonomia, ter-se-á descoberto a Madeira pela segunda vez* (Vieira, 2016a: 33). Uma das afirmações foi a de que se para conseguir justiça para a Madeira eram necessárias atitudes separatistas, os madeirenses, então, enveredariam por esse caminho (Vieira, 2016a: 24). No debate político, as questões financeiras continuaram a ser o calcanhar de Aquiles da autonomia (Vieira, 2016a: 40).

Alberto Vieira, em *Ao encontro das memórias e dos discursos da autonomia insular. O Arquipélago da Madeira*, adita que a autonomia insular espelha o conflito entre o Continente e os Arquipélagos, em que o discurso se camufla de desvalorização ou apagamento da identidade insular, no sentido de justificar o apelo à autonomia (Vieira, 2016b: 4). No imaginário madeirense, a necessidade do corte com o Continente é clara em expressões e discursos (Vieira, 2016b: 9). Os insulares e os continentais enfrentam-se sobre estas questões e parece haver medo dos primeiros em cortar o laço umbilical e, dos outros, em perder o domínio e controlo político e financeiro (Vieira, 2016b: 36). O ideal autonómico robustece com o sentimento de desprezo e ingratidão da Pátria, na imagem de um povo sofredor e órfão, sendo a autonomia o caminho para Lisboa assumir a paternidade (Vieira, 2016b: 52). São raras as vezes em que o discurso se fundamenta na identidade própria da Região como justificação para o autogoverno, o qual será capaz de solucionar os principais problemas dos madeirenses (Vieira, 2016b: 53).

A minha contribuição para a ciência, utilizando o método da análise de conteúdo, a qual abarcou o auxílio do *software* MAXQDA, consiste em avançar o argumento de que por debaixo de uma linguagem abscondita, que por vezes mascara banalidades, sob um formalismo que escapa à população, a classe política da Região Autónoma da Madeira profere um discurso como símbolo de poder e como uma ferramenta de contestação contra o poder do Governo Central. Com o intuito de obter mais financiamentos, a classe política madeirense, através de um discurso estratégico, constrói um movimento de autodeterminação que se ergue, acentuada e persuasivamente, durante o período de crise económica e financeira, crescendo na era da Troika.

3. Pergunta de partida e Hipóteses de Investigação

Sabendo que um dos maiores desafios da autodeterminação é que significa coisas díspares para diferentes indivíduos; que raramente o vocábulo autodeterminação é expressado explicitamente; que, muitas vezes, os atores políticos são cautelosos em utilizar a autodeterminação para legitimar os seus fundamentos; e que outros termos com denotação similar podem substituí-la, a questão de investigação que norteia a dissertação é: Com que

intenção usou a classe política madeirense o discurso de autodeterminação durante os anos da Troika em Portugal?

A resposta mais provável às questões de investigação constitui as hipóteses de investigação, apresentando-se como uma possível explicação provisória de um fenómeno e uma previsão dos resultados que se espera obter (Carvalho, Ramos, Haro et al., 2016: 19). No contexto desta dissertação, as hipóteses de investigação são as seguintes:

H1: A classe política madeirense, por meio do discurso, reivindica autonomia e independência.

H2: Os discursos reivindicativos de autonomia e independência surgem com mais intensidade em períodos de crise com o intuito de obter financiamento.

4. Operacionalização dos Conceitos

4.1. Autonomia Regional

De acordo com o Professor José Adelino Maltez, o termo autonomia resulta da junção de *autos* e *nomos* (Maltez, 2009). A mesma traduz-se naquele que se rege ou se governa por leis que ele próprio emite (Maltez, 2009).

Segundo Roger Scruton, trata-se de viver as próprias leis, portanto autogoverno (Scruton, 2007: 49). Concedendo ou reconhecendo um poder para fazer leis aos órgãos locais, um Estado confere ou reconhece a autonomia regional (Scruton, 2007: 49). As exigências específicas de autonomia, em particular a autonomia regional, refletem as tensões políticas de uma época (Scruton, 2007:49). Discute-se que uma medida da autonomia regional é sempre necessária quando existem tendências separatistas (Scruton, 2007: 50).

Para o Professor António Marques Bessa, a autonomia traduz-se na capacidade de autogoverno (Bessa, 1979: 37). Trata-se de uma reivindicação de uma região que exige do poder central o direito a ter órgãos políticos, administrativos, económicos e legislativos próprios, ainda que sob a tutela das autoridades do Estado (Bessa, 1979: 38).

4.2. Independência

Antecedentemente da ascensão do sistema moderno do Estado, a noção da independência era ainda mais relativa do que é hoje (Wood, s.d.). No entanto, com a crescente interdependência entre os Estados, com a integração em vários continentes e o impacto da globalização, questiona-se o significado político da independência (Wood, s.d.). Primeiramente, refira-se que um dos requisitos tradicionais para o Estado é a independência nos assuntos internos e externos (Wood, s.d.). A independência é, geralmente, tomada para se referir à situação em que um Estado tem competência exclusiva quanto ao seu próprio território (Wood, s.d.).

Scruton dita que a independência consiste na capacidade de um Estado exercer os direitos governamentais no seu território sem usurpar os direitos de outros Estados, tratando-se de uma condição essencial para o reconhecimento do Estado como uma pessoa jurídica distinta no Direito Internacional (Scruton, 2007: 323). A independência implica que nenhum outro Estado tenha o direito legal de interferir nos assuntos internos (Scruton, 2007: 323). É a liberdade de dependência económica, militar ou política e em qualquer outro poder (Scruton, 2007: 323).

4.3. Autodeterminação

O conceito de autodeterminação é dinâmico, evolutivo e multidimensional. Mistura o prefixo grego *autos* (o próprio), com vocábulo latino *determinatio*, ideia de cada um definir por si mesmo os limites da sua ação, de *terminus* (Maltez, 2009). É um neologismo que exprime a ideia de cada um definir por si mesmo os limites da sua ação (Maltez, 2009).

Segundo o Professor António Marques Bessa, a autodeterminação consiste na possibilidade dos habitantes de uma região escolherem a sua organização política (Bessa, 1979: 37). Os povos que querem escolher a sua via, costumam ter por detrás poderosos manipuladores que os obrigam a se autodeterminar onde, quando e como lhes interessa (Bessa, 1989: 37). Poderá ser entendida como sinónimo de independência (Bessa, 1979: 37).

Entenda-se por autodeterminação a capacidade que as populações têm para dispor de si próprias e, conseqüentemente, o direito da escolha da forma de Governo (Baldi, 1998). A nível internacional consiste no direito de um povo não ser submetido à soberania de outro Estado contra sua vontade e de se separar de um Estado ao qual não quer estar sujeito (independência política) (Baldi, 1998). A nível interno, consiste no direito de cada povo escolher a forma de Governo (Baldi, 1998). Trata-se de um direito universal. A autodeterminação, em sua dupla aceção de Direito Interno e Internacional, deve garantir, a qualquer povo, a própria soberania interna e as liberdades constitucionais fundamentais (Baldi, 1998: 74).

5. Enquadramento teórico

5. 1. O Discurso Como Estratégia

Segundo Michel Foucault, os discursos são coleções de textos e práticas interrelacionadas que formam um objeto (Foucault, 1972: 49). O discurso produz conhecimento através da linguagem (Hall, 1992: 291). É também uma prática, ou seja, é um conjunto complexo de práticas que o mantêm em circulação (Mills, 2003: 54) Também, controla a forma como algo pode ser falado, cujo objetivo é gerar raciocínio e significados, os quais, por sua vez, influenciarão como as ideias serão colocadas em prática e regulará a conduta dos outros (Hardy & Thomas, 2014: 9). A realidade compreendida é reconhecível através do desenvolvimento de discursos, parciais e politicamente condicionados (Ezzamel & Willmoot, 2008: 194).

O discurso é um fenómeno social e linguístico em que um sujeito utiliza a linguagem para reconstruir posições e sujeitos sociais e linguísticos (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 14). O discurso é performativo, pois desempenha um papel na construção da realidade (Ezzamel & Willmoot, 2008: 195). A capacidade de um discurso exercer poder está associada à sua capacidade de responder às demandas, de se inserir num conjunto de significados da sociedade, reconstruindo posições e sujeitos (Pinto, 1989: 36).

As práticas discursivas delimitam campos de objetos, definem perspectivas legítimas e estabelecem normas de elaboração de conceitos e teorias (Ezzamel & Willmoot, 2008: 195). A

delimitação é um exercício de poder e uma provocação à resistência (Ezzamel & Willmoot, 2008: 195).

O papel do discurso como estratégia permanece teoricamente subdesenvolvido e empiricamente inexplorado (Balogun *et al.*, 2009). Parte da pesquisa trata o discurso como uma variável maleável que pode produzir resultados estratégicos (Hamel & Prahalad, 1994). Outro corpo de trabalho sugere que há pouco espaço para manipular o discurso estratégico (Inkpen & Choudhury, 1995).

Para que os discursos constituam estratégia, os seus efeitos de poder devem ser intensificados, ou seja, trata-se de um aumento no uso do poder e de saber como o poder circula através de teias de conhecimento, tendo em conta a eficiência do poder e a saturação do sistema (Hardy & Thomas, 2014: 4). Neste sentido, a intensificação envolve o exercício do poder com o menor custo possível, trazer os efeitos deste poder à sua intensidade máxima e alargá-los sem falha ou intervalo e associar este crescimento de poder à produção dos aparelhos no âmbito do qual é exercido (Foucault, 1979: 218). A intensificação ocorre através da promulgação de práticas discursivas e materiais (Hardy & Thomas, 2014: 4). Também, mesmo que o poder e a resistência estejam ligados de forma complexa e intrincada e que os efeitos de poder de um determinado discurso sejam intensificados, a resistência pode surgir (Hardy & Thomas, 2014: 5). Todavia, existem resistências intencionais (Hardy & Thomas, 2014: 5).

Ao reconhecer que a estratégia é uma construção discursiva, os investigadores têm explorado como o significado atua na forma como as estratégias são compreendidas e se são implementadas (Hardy & Thomas, 2014). Como Pälli *et al.* salientam, a prática de estratégias caracteriza-se pelas negociações sobre significados (2009: 306).

É possível que os atores se envolvam em atividades discursivas e recorram aos discursos para criar significados que coadjuvem ou dificultem a promulgação de estratégias (Hardy, Palmer & Philips, 2000: 3). Os atores estratégicos devem balizar as suas atividades discursivas dentro de um contexto de forma a moldar e construir ações (Hardy, Palmer & Philips, 2000: 3).

O discurso estratégico não reflete, simplesmente, a realidade social, cria-a (Hardy, Palmer & Philips, 2000: 6). A forma como falamos de estratégia assim como a forma como analisamos ações específicas que categorizamos como estratégicas têm implicações políticas (Hardy, Palmer & Philips, 2000: 6). Isto porque dentro do discurso estratégico alguns sujeitos

têm um mandato para falar e atuar, enquanto outros são invisíveis (Hardy, Palmer & Philips, 2000: 6).

Os discursos reproduzem e transformam as estruturas institucionais (Parker, 1992). Assim, a constituição discursiva da sociedade emana de uma prática social que está firmemente enraizada e orientada (Fairclough, 1992: 66). Ao intervir nestes processos de produção discursiva, os atores esperam alcançar efeitos políticos reais.

5.2. Discurso Político e Poder

Em qualquer sociedade existem relações de poder que permeiam, caracterizam e constituem o corpo social e essas não podem se estabelecer, consolidar nem implementar sem a produção, acúmulo, circulação e prática de um discurso (Foucault, 1980: 93). O discurso não pode se separar do poder, pois tanto é um instrumento como um efeito do poder (Hardy & Thomas, 2014: 8). Contudo, poderá ser um obstáculo, um ponto de resistência ou um ponto de partida para uma estratégia (Hardy & Thomas, 2014: 9).

O poder produz realidade, domínios de objetos e rituais de verdade (Ezzamel & Willmott, 2008: 193). Enfatizando o poder performativo investido na linguagem na produção de objetos e estratégias e da intimidade da relação entre conhecimento e poder, Foucault sustenta que não há relação de poder sem a constituição de um campo de conhecimento (1997: 27–28). A resistência e o poder são transversais, interativos e adaptáveis (Ezzamel & Willmott, 2010). O poder está sempre aberto às possibilidades de resistência enquanto os atores lutam para manter ou promover os seus significados (Knights & Vurdubakis, 1994).

O estudo dos efeitos políticos do discurso observa como ele atua como um recurso cultural (Hardy, Palmer & Philips, 2000: 9). Revela como os atores se engajam em atividades discursivas para prosseguir os seus planos e projetos, como são construídos e os fins que servem (Condor & Antaki, 1997). Enquanto alguns autores alegam que os efeitos de poder do discurso estão além do controle de indivíduos (Condor & Antaki, 1997), outros argumentam que a atividade discursiva pode influenciá-los (Grant *et al.*, 1998). Também, os indivíduos recorrem a atividades discursivas para produzir benefícios (Hardy & Philips, 1998).

No discurso político, a luta é o jogo pelo esvaziamento do significado do discurso do outro, ou seja, construir visões opostas à visão do inimigo (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 16). É relevante observar o contexto da enunciação e a sua relação com a história, pois ele permeia e é facilmente permeado por outros discursos (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 16).

Dentro destas terminologias está a construção de discursos e, portanto, um instrumento de relações de poder, domínio e prática política (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 16). A multiplicidade de discursos pressupõe a existência de uma constante luta entre discursos na busca de interpelar o sujeito e conquistá-lo com a sua visão (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 16). A sociedade institucionalizou e integrou no sistema político a luta pelo poder, sendo que a competição por esse poder se tornou num ato normal da vida política (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 16).

Considerando que todo discurso pressupõe a presença de um sujeito, o discurso político vive da capacidade de interpelação e o seu êxito depende da capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão (Mendonça, Alves & Brenneisen, 2006: 16). Os partidos e seus representantes nos diferentes postos governamentais são locais privilegiados de enunciação do discurso político (Pinto, 1989, 529. Isto porque o local de enunciação é a luta política e o seu objetivo é vencer através do jogo de desconstrução e reconstrução de significados, interpelando uma visão (Pinto, 1989: 52).

5.3. Discurso e Autodeterminação

Traçando a evolução do discurso da autodeterminação, o seu início marca-se na I Guerra Mundial, um declínio relativo depois disso, um aumento eminente durante 1950 e início dos anos 60 e uma catábase contínua desde então (Abulof, 2015: 6). É possível, traçar quatro picos principais: o momento de Wilson (1917 – 1921); os anos que antecederam a II Guerra Mundial (1938 – 1939); o auge da descolonização (1955 – 1962); e o crepúsculo da Guerra Fria (1988 – 1991) (Abulof, 2015: 6). O discurso da autodeterminação decaiu nos últimos 50 anos, acelerando a sua queda em 2000 (Abulof, 2015: 7).

Recentes estudos qualitativos sobre os movimentos de autodeterminação e seus discursos compartilham da opinião que os mesmos estão em declínio (Eisenberg et al., 2014).

Na verdade, os líderes ocidentais, raramente, evocaram a expressão da autodeterminação explicitamente (Oklopcic, 2014). Os atores políticos são cautelosos em empregar a autodeterminação quando se trata de legitimar fundamentos (Abulof, 2015: 8).

O declínio discursivo da autodeterminação deve-se à mudança lexical (Abulof, 2015: 8). Isto é, outros termos com denotação similar podem tê-lo substituído. Para avaliar a mudança lexical, Abulof conduziu um teste de frequência diacrônica em seis possíveis termos alternativos: autonomia, independência, secessão, autogoverno e soberania, bem como referendo ou plebiscito (Abulof, 2015: 8). A autodeterminação é um princípio de legitimação e é prescritiva (Abulof, 2015: 8). Por outro lado, caso haja tensões e conflitos, termos como o autogoverno, secessão, autonomia e referendo significam soluções práticas (Abulof, 2015: 8).

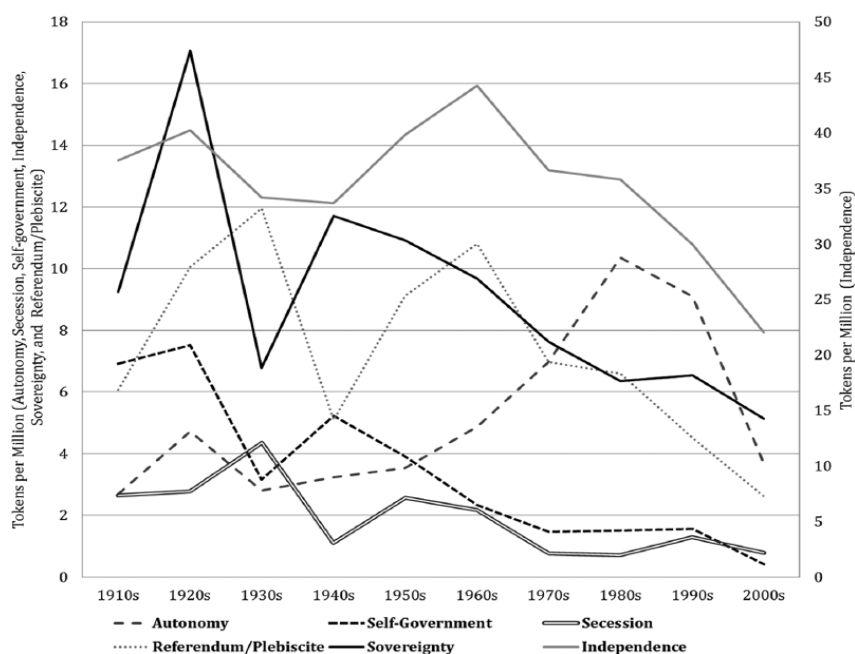


Gráfico 1 Evolução dos termos alternativos de autodeterminação. Fonte: Abulof, Uriel (2015). "We the Peoples? The Strange Demise of Self-Determination" in *European Journal of International Relations*. Netherlands, University of Amsterdam

O significado preciso da autodeterminação, tanto como princípio como prática, ainda, é ferozmente debatido (Abulof, 2015: 10). Na verdade, o maior desafio para a autodeterminação é que significa coisas diferentes para diferentes povos (Castellino, 2000: 7).

A autodeterminação pode ter começado como um princípio prescritivo, mas tornou-se um princípio descritivo, ou seja, uma retórica reativa é empregada dar sentido *post hoc* de certas mudanças políticas (Abulof, 2015: 10-11). Se a autodeterminação permaneceu pro-ativa, a sua missão é aliviar a incompatibilidade Nação-Estado (Abulof, 2015: 12). As realidades

geodemográficas impedem a congruência perfeita entre Estados e Nações (Abulof, 2015: 13). Também, os Estados e os povos que aprenderam a lidar com a incompatibilidade, usando soluções não-violentas e modificando as suas aspirações para o que eles consideraram viável e moralmente válido, muitas vezes, é realizado através de regimes de autonomia e de partilha de poderes (Abulof, 2015: 16).

Vendo a autodeterminação como uma "carta selvagem" discursiva que deve ser dominada, fortes atores estatais desenham o seu poder sobre o povo (Abulof, 2015: 18).

O apelo à autodeterminação atraiu a possibilidade da não necessidade de alcançar um Estado (Abulof, 2015: 21). Assim, a autonomia poderia ser uma alternativa à independência (Abulof, 2015: 22). Mais uma vez, a autodeterminação é preservada, enquanto o seu núcleo é transposto para apoiar arranjos sub-estatais (Abulof, 2015: 22).

6. Metodologia Adotada

Como o estudo se cinge à utilização, pela classe política da Região Autónoma da Madeira, da ideia de autodeterminação durante os anos da Troika em Portugal, a adoção do estudo caso é o método de pesquisa mais acertado, pois trata-se de uma análise intensiva de um fenómeno espacialmente delimitado e observado num período de tempo definido.

Apesar da adoção, maioritariamente, de uma abordagem qualitativa, segui-la puramente não passaria de uma ilusão da transparência, ou seja, a repetição do que se vê ao longo da pesquisa (Bourdieu, 1972). Neste sentido, tendo em mãos um tema complexo, socorri a uma abordagem quantitativa, a qual permitiu auferir a relação entre os temas em análise e adquirir dados estatísticos cruciais para a compreensão do objeto de estudo.

A análise discursiva foi fundamental para definir a intenção da classe política madeirense. Neste sentido, sendo o Parlamento o espaço mais destacado no quadro da definição das políticas regionais, o foco está nos discursos da classe política madeirense proferidos durante as sessões legislativas regionais ocorridos entre 2010-2017, sendo que foi selecionado, aleatoriamente, um por um mês. Este intervalo temporal permitirá comparar a reivindicação e estratégia durante e pós-crise económico-financeira. Ressalvo que a classe política abrange os deputados regionais representantes de todos os partidos políticos com assento parlamentar, mais

concretamente o PPD/PSD, o CDS, o BE, o PS, o JPP, o PCP, o PTP e um deputado independente. Acrescente-se os Presidentes do Governo Regional e o Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública.

Com o intuito de facilitar o estudo dos discursos recorri à técnica de análise de conteúdo. Os instrumentos conceituais básicos da análise de conteúdo são as categorias, os indicadores e as unidades de análise. As categorias constituem as ideias-chave de classificação contidas nas hipóteses ou objetivos (Bardin, 2016: 145). Os indicadores são as ideias chaves ou dimensões das categorias, enquadráveis num plano mais concreto e específico (Bardin, 2016: 145). As unidades de análise compõem os elementos de conceptualização do *corpus* de tipologia variável dentro do leque de possibilidades e usados correntemente (Bardin, 2016: 146). Por esta via procura-se chegar à confirmação de hipóteses previamente estabelecidas ou à sistematização de um conjunto de objetivos preestabelecidos (Bardin, 2016: 146). Por fim, retiram-se do *corpus* os elementos enquadráveis em unidades de análise que vão auxiliar a fundamentação da hipótese e, consequentemente, a sua confirmação ou refutação (Bardin, 2016: 146).

Neste seguimento, a codificação constitui um processo que se traduz num conjunto de operações precisas como o recorte, a agregação e enumeração inseridas no âmbito do tratamento de dados (Bardin, 2016: 133). No que toca ao recorte e seleção das unidades de significação compreendem-se duas tipologias fundamentais que são as unidades de registo e as unidades de contexto (Bardin, 2016: 133-134). As primeiras são unidades mínimas de significação (Bardin, 2016: 134). As unidades de contexto são unidades amplas de compreensão à unidade de registo que possibilitam a sua contextualização e a enunciação pertinentes à referência de objetivos e hipóteses (Bardin, 2016: 137).

A categorização é uma operação de classificação de elementos de um conjunto, por diferenciação e reagrupamento segundo o género (Bardin, 2016: 147). As categorias são rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico (Bardin, 2016: 147). Este processo foi desencadeado por um sistema de milhas, ou seja, compreende uma classificação progressiva das categorias, sendo que a sua arrumação por critérios apenas foi realizada no final da sistematização integral do material (Bardin, 2016: 147).

Por último, a inferência. A mesma procura a leitura ou a análise para além dos resultados encetados a partir da sistematização prévia conseguida com recurso à categorização (Bardin,

2016: 165). A mesma permite a operacionalização de interdependências entre os dados e o contexto (Bardin, 2016: 165).

Devido à extensidade dos discursos e de forma a facilitar a sua análise recorri ao programa MAXQDA. O *software* ajudou na organização dos dados, uma vez que é eficiente em tempo, transparente, capaz de capturar dados quantitativos e qualitativos e acomodar grande quantidade de dados. Através do programa foi possível calcular a correlação, a qual demonstrará a dependência ou desassociação entre os indicadores. Trata-se de um coeficiente representado por ρ e assume valores entre -1 e 1, sendo que $\rho = 1$ significa correlação perfeita positiva, $\rho = -1$ correlação negativa perfeita, ou seja, se uma aumenta, a outra diminui, e $\rho = 0$ que significa que as duas variáveis não dependem uma da outra. Caso se verifique $\rho = 0$ as variáveis deverão ser investigadas por outros meios. Mais especificamente, entre 0.7 a 0.9 positivo ou negativo indica uma correlação forte; entre 0.5 - 0.7 positivo ou negativo uma correlação moderada; entre 0.3 – 0.5 positivo ou negativo uma correlação fraca; e entre 0 -0.3 positivo ou negativo uma correlação insignificante.

Utilizei documentos diretos e indiretos. A diferença entre estes é explicada por Adriano Moreira e assenta na origem dos documentos. Assim sendo, são *documentos diretos os emitidos por intervenientes no processo de decisão do poder político, abrangendo portanto os atos de inteligência e os atos de vontade e indiretos todos os que não sendo emitidos por intervenientes no processo de decisão, testemunham a atividade do poder político de forma intencional ou accidental* (Moreira, 2003: 308-309). A nível de documentos indiretos socorri a monografias, a artigos científicos, a obras científicas e dados estatísticos. A nível direto recorri aos discursos da classe política madeirense ocorridos entre 2010-2017 proferidos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, os quais se encontram disponíveis na Assembleia Legislativa Regional online.

A interdisciplinaridade revelou-se uma exigência, pois a complexidade do objeto de estudo exige uma confluência de saberes provenientes de diversas áreas científicas, sem a qual a sua apreensão e explicação saíam prejudicadas.

De forma a facilitar a compreensão de como a autodeterminação é instrumentalizada pela classe política madeirense, a dissertação encontra-se dividida em quatro partes. Em primeiro lugar, a contextualização do problema, a caracterização do objetivo, a revisão da literatura e metodologia que permitirão compreender e explicar a problemática. Em segundo

lugar, um enquadramento histórico desde os projetos da autonomia até a intervenção da Troika. Em terceiro lugar, apresentarei os resultados da análise dos discursos. E por fim, a discussão de resultados.

CAPÍTULO II – Dos projetos de autonomia à intervenção da Troika

1. A evolução do projeto de autonomia

Em 1821, a Madeira deixou de depender da repartição das colónias, passando a província (Vieira, 2003: 148). Ainda assim, Nicolau Caetano Pitta considerara que a situação era de colonialismo (Vieira, 2003: 148). Em 1834, adquiriu o título de ilhas adjacentes, sem que se tenha alterado o estatuto colonial (Vieira, 2003: 146). O despontar do movimento autonomista resultou da constatação do colonialismo (Vieira, 2003: 146).

Após a Guerra Civil (1828 - 1834), o Estado Liberal voltou a não compreender a situação insular (Carita, 2006: 16). Assim, se processaram tentativas de centralização, como por exemplo o Projeto de Lei publicado em 1839, apresentado por Passos Manuel, no sentido de enquadrar as ilhas adjacentes na Lei Geral (Carita, 2006: 16).

O Decreto que regulamentou a Autonomia Administrativa para a Madeira data 8 de agosto de 1901 (Carita, 2006: 17). Não obstante, a autonomia ficou aquém do que era esperado e do que os representantes tinham solicitado (Carita, 2006: 17). O Decreto instituiu uma corporação administrativa: a Junta Geral (Carita, 2006: 17). Por conseguinte, elegia-se uma Comissão Executiva para a apresentação de relatórios e eventuais deliberações (Carita, 2006:17).

Com a Implantação da República (1910) nasceram promessas de descentralização e autonomia para as Juntas Gerais, infelizmente não cumpridas (Carita, 2006: 17).

Os autonomistas incluíram na publicação comemorativa do quinto centenário as bases para a ampliação da autonomia, a qual justificava-se pela situação geográfica, pelas relações internacionais, pelos usos e costumes das populações, pela fisionomia própria e interesses coletivos decorrentes do grau de desenvolvimento moral, intelectual e económico (Carita, 2006: 19). As bases para a constituição da autonomia eram a função representativa, governativa, administrativa, educativa, judicial, as bases sociais e morais administrativas e a religião (Carita, 2006: 19). Na publicação do Centenário foi acrescentada mais uma: a dedução de uma percentagem fixa, para o Estado, das receitas cobradas pelo fisco na Madeira (Carita, 2006: 19). Acabou por ser elaborado um documento intitulado de *Projecto de bases para uma reorganização geral administrativa dos distritos insulares* (Carita, 2006: 20).

A posição que o Estado Novo assumiu foi a de alargar as responsabilidades da Junta Geral nas áreas ligadas aos ministérios do Comércio e Comunicações, Agricultura e Instrução, passando para responsabilidades da Junta aspetos que eram do Governo Civil, como a Polícia Cívica, Saúde Pública, Assistência e Previdência (Carita, 2006: 20).

Em 1938, este assunto conheceu novos estudos, da responsabilidade de Marcello Caetano, tendo sido aprovado, na Assembleia Nacional, um novo regime administrativo (Carita, 2006: 20). O Decreto-lei foi assinado em 1939, com a indicação de que deveria entrar em execução em 1941 (Carita, 2006:20). O arquipélago passou a Distrito Autónomo, com a sua administração a cargo de um Governador Civil com honras de Ministro de Estado (Carita, 2006: 21).

Os deputados pela Madeira e pelos Açores reuniram-se em São Lourenço com os governadores dos distritos insulares para estudarem uma possível revisão do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (Carita, 2006: 34).

O principal problema político da Madeira era o do seu enquadramento autónómico legislado desde os finais do século XIX com a criação das Juntas Gerais dos distritos autónomos, às quais nunca foram dadas as condições de poder assumir essa mesma autonomia (Carita, 2006: 59). O Programa do Movimento das Forças Armadas criava, à partida, as condições para uma futura vivência política democrática, abrindo caminho para a posterior luta por um estatuto regional, verdadeiramente, autónómico (Carita, 2006: 59). Assegurado este aspeto, competir-lhe-ia aproveitar as oportunidades políticas para a constituição e reforço de órgãos próprios de governo (Carita, 2006: 59).

Na sequência do 25 de Abril, não houve quaisquer alterações às estruturas definidas, pois mesmo com a nomeação de novos elementos para os cargos do Governador Civil e de Presidente da Junta Geral, as estruturas mantiveram-se (Carita, 2006: 64). Nesse quadro, alguns elementos ligados ao tecido empresarial madeirense iniciaram contactos para a formação de um partido político que defendesse os interesses instituídos e, ao mesmo tempo, avançasse com um programa autonomista (Carita, 2006: 64).

O primeiro movimento político surgiu, oficialmente, em 1974, o MAIA, tendo tornando público o seu programa, mais concretamente a liquidação da situação de colónia e a constituição de uma verdadeira autonomia regional, com um autogoverno (Carita, 2006: 67). O programa

incluía a constituição do Estatuto de Região Autónoma, a eleição de uma Câmara Legislativa e a constituição de um Governo Regional (Carita, 2006: 67).

Em 1975, foi criada a Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional da Madeira (Carita, 2006: 90). A Junta funcionaria enquanto não fosse revisto o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes e uma das suas funções seria a elaboração do Estatuto Provisório (Carita, 2006: 90). A 29 de abril era aprovado o Estatuto Provisório da Madeira e, a 27 de junho, foram realizadas as primeiras eleições para a Assembleia Regional (Carita, 2006: 91). Uma das tarefas da Assembleia Regional seria a elaboração do projeto do Estatuto Político-Administrativo, que depois seria enviado à Assembleia da República para uma futura discussão e aprovação (Carita, 2006: 94).

A posição da Assembleia Regional era institucional e, só após a primeira fase da discussão do Estatuto Político Administrativo, se iniciaram a discussão da iniciativa legislativa sobre a Extinção do Regime de Colónia, em abril de 1977 (Carita, 2006: 126). Em maio, foi lido o parecer solicitado sobre a proposta n.º 40 - I Extinção do Regime de Colónia (Carita, 2006: 126). A discussão do projeto foi concluída em julho, sendo apresentada a redação final a 29 de julho (Carita, 2006: 127).

Prevendo as dificuldades de articulação com o Governo Central, assim como para fazer face ao imobilismo em que caíra o Governo Regional, em 1978, foi apresentado um requerimento sobre a remodelação do Governo Regional (Carita, 2006: 132). O diploma reformulou a estrutura do Governo com mais uma secretaria, adaptou vencimentos, concedeu ajudas de custo, mas não permitiu retribuições mensais aos membros do Governo (Carita, 2006: 132). O Governo era constituído pela Presidência e pelas Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças, Equipamento Social, Equipamento Rural e Urbano e Ambiente, Assuntos Sociais e Saúde, Agricultura e Pescas, Trabalho, Educação e Cultura, e Economia (Carita, 2006: 132-133).

A abertura política assumida pelo novo Governo deu um novo alento à tentativa de fazer passar, em Lisboa, o Estatuto Político Administrativo da Madeira (Carita, 2006: 139). Em 1980, a Assembleia Regional aprovava o novo Estatuto para enviar à Assembleia da República (Carita, 2006: 139-140).

Era uma autonomia limitada à função gestora da aplicação de fundos, mas não a uma aplicação dos mesmos (Carita, 2006: 166). Assim, era necessária uma revisão constitucional,

que alargando os poderes até agora transferidos ou suscetíveis de serem transferidos, trazia novos horizontes à autonomia, na qual não deveria ser esquecida a autonomia financeira e monetária, essenciais para a capacidade de intervenção direta na economia, gestão de crédito e dotação de um sistema fiscal (Carita, 2006: 166). Em linhas gerais, na revisão constitucional de 1982, foram aperfeiçoados os artigos referentes aos direitos fundamentais e clarificaram-se as orientações de cariz económico (Carita, 2006: 184). Foi extinto o Conselho da Revolução e distribuídos os seus poderes entre o Presidente da República, a Assembleia e o Governo, de forma a encontrar entre os três órgãos um novo e melhor equilíbrio (Carita, 2006: 184). Ainda, fora criado o Tribunal Constitucional (Carita, 2006: 184).

Em 1999, foi publicado o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira (Carita, 2006: 258).

Os trabalhos da Assembleia, entre 2002 e 2003, preparavam a próxima revisão constitucional (Carita, 2006: 268). O Projeto proponha acabar com a proibição da constituição dos partidos regionais; defender a incumbência prioritária do Estado em suportar os custos de desigualdade derivados da insularidade; manter a designação de Estado Unitário, adicionando apenas o conceito de Regional, que deveria respeitar os princípios de continuidade territorial; alargar os poderes legislativos das Assembleias Regionais; substituir o cargo de Ministro da República pela figura do Representante da República, nomeado e exonerado pelo Presidente da República, com poderes de fiscalização da legalidade e da constitucionalidade dos atos dos órgãos de Governo próprios (Carita, 2006: 270). Passado um ano, a revisão constitucional foi concretizada.

Em 2010, foi apresentado um projeto de revisão constitucional. Este projeto sugere seis alterações: a extinção do cargo de Representante da República; as competências de regulação do sistema legislativo regional passarão para o Presidente da República; o aumento do poder legislativo das Regiões Autónomas; os estatutos político-administrativos e leis eleitorais dos Açores e da Madeira terão que ser aprovados por dois terços dos Deputados nas Assembleias Legislativas e na Assembleia da República; a extensão do regime de incompatibilidades e impedimentos dos Deputados e Governo da República aos Deputados regionais e membros dos Governos das Regiões Autónomas; um limite de três mandatos para os cargos políticos executivos, eleitos ou nomeados; e a possibilidade dos açorianos e madeirenses residentes fora das regiões votarem e serem eleitos para as Assembleias Legislativas (Diário da República, 2010: 5).

2. História económica e financeira da RAM

Entre 1420-1820, as finanças do Reino demarcaram-se por um défice (Vieira, 2000: 4). Desde o século XIV, que a forma mais usual de o solucionar era através de empréstimos (Vieira, 2000: 4). Porém, os madeirenses demonstraram-se renitentes ao pagamento do imposto, argumentando a difícil situação do abastecimento de cereais e de terem emprestado 400 arrobas (Vieira, 2000: 4).

Nos finais do século XV, a riqueza passou para o usufruto da Coroa, indo a tempo de financiar as viagens oceânicas e a despesa da Casa Real (Vieira, 2000: 4). Desde então, a Madeira perdeu a capacidade reivindicativa (Vieira, 2000: 4). A riqueza estava na mira da Coroa, pelo que D. Manuel deu a machadada final no processo de autogoverno dos madeirenses ao proceder, em 1497, à “nacionalização” da Madeira (Vieira, 2000: 4).

O primeiro monarca a definir as regras orçamentais foi D. Manuel, pelo que o primeiro o orçamento data 1526 (Vieira, 2000: 7). As receitas fiscais orçaram em 166.347.611 reais, sendo 12.000.000 reais referentes à Madeira (Vieira, 2000: 7).

No século XVII, a Madeira enfrentava dificuldades económicas (Vieira, 2000: 7). O quadro financeiro revela a situação precária das finanças madeirenses, conduzindo a que a despesa representasse 94% da receita (Vieira, 2000: 7). Porém, a economia começou a recuperar partir de 1619 (Vieira, 2000: 8).

Durante 1820-1926, o problema financeiro pesou no debate político sobre a autonomia (Vieira, 2000: 17). Em 1883, Manuel José Vieira, era contumaz: *fazemos parte do reino de Portugal única e exclusivamente para quinhoar-nos nos encargos que se renovam ou batizam com nomes diferentes, mas que sempre se acrescentam enquanto são exíguas verbas que anualmente nos concedem por esmola* (Vieira, 2000: 17).

No século XIX, o investimento do Estado foi fraco, sendo quase todo o dinheiro canalizado para as despesas correntes (Vieira, 2000: 13). A situação inverteu-se no século XX, graças à evolução da autonomia administrativa (Vieira, 2000: 13).

Ao longo de um século, o sistema tributário foi alvo de várias reformas (Vieira, 2000: 11). A República, em 1910, foi o início de um segundo momento de mudança do sistema

tributário, assente na Constituição de 1911 e nas reformas de 1922 (Vieira, 2000: 11). O processo ganhou novo folgo com o Golpe de Estado de 1926 (Vieira, 2000: 11).

O movimento das receitas prova que a carga fiscal foi onerada no período do Estado Novo (Vieira, 2000: 11). Foi neste período que a participação madeirense, na receita nacional, foi reforçada (Vieira, 2000: 11). A percentagem mais elevada (17%) acontece na década de trinta do século XX (Vieira, 2000: 11). Quanto à despesa do Estado na Região, a situação não foi idêntica, sendo que o valor mais elevado da intervenção apenas, em três décadas, foi superior a 1% (Vieira, 2000: 11).

No ano de 1935, Salazar manifestou-se contra as vozes que apontavam a Madeira como a filha enjeitada do Estado e apontava o dedo aos que defendiam a autonomia administrativa e financeira, dizendo que *A autonomia não é a autonomia de gastar mas a de administrar um património ou uma receita (...)* (Vieira, 2000: 11). A despesa demonstra que o Estado não foi pródigo nas transferências financeiras para a Região e marca uma posição colonial (Vieira, 2000: 13).

Na década de setenta do século XX, já se insistia nas limitações da autonomia financeira como um entrave ao crescimento (Vieira, 2014: 752). Assim, se apontavam as armas contra as limitações impostas, as quais não permitiam definir uma política fiscal, de crédito, monetária, financeira e cambial própria que contribuísse para um desenvolvimento económico adequado às necessidades da região (Vieira, 2014: 752). Entretanto, deram-se alguns passos na resolução no diferendo das relações financeiras, isto é, a Lei 19/83 concedeu autorização ao Governo para estabelecer o regime das finanças regionais, mas a meta final ainda estava longe, pois a região não controla as variáveis que afetam a cobrança quer dos impostos diretos, quer dos impostos indiretos (Vieira, 2014: 752).

A partir da Constituição de 1976, ficou clara uma mudança do sistema contabilístico, passando a Assembleia da República a aprovar a receita e a despesa e, a partir de 1983, o orçamento (Vieira, 2014: 751).

Chegados os anos oitenta, com o culminar de um processo de transferência de serviços e despesas adjuntas, sem a respetiva contrapartida financeira, era inevitável o colapso (Vieira, 2014: 752). Daí a miragem de uma política orçamental autónoma, que só será concretizada quando todas as componentes do orçamento estiverem sob o domínio dos órgãos de governo próprio da Região (Vieira, 2014: 752).

A partir da Revisão Constitucional de 1982, foram reforçados os poderes tributários das regiões, permitindo dispor das receitas cobradas (Vieira, 2014: 770). Entretanto, com o Orçamento de Estado de 2005, foi adotado o mecanismo de capitação subjacente à afetação da receita do IVA pelas Regiões Autónomas, o que se repercutiu num aumento destas receitas em 6,9% (Vieira, 2014: 770). Surgiram indicações e propostas para um sistema tributário diferenciado, no sentido de atenuar os custos da insularidade (Vieira, 2014: 770).

A nova centúria trouxe um novo alento aos discursos e práticas financeiras (Vieira, 2014: 753). À medida que avançavam as negociações entre a RAM e o Governo da República, se renovava a esperança no avanço e suplantação do diferendo financeiro, ou seja, o processo de regionalização dos serviços de finanças permitia a gestão, controlo e apuramento da receita tributária, possibilitando uma maior arrecadação das verbas, pois a modernização dos serviços permite antever uma gestão mais eficaz e eficiente desde a coleta à fiscalização, esperando-se um cumprimento fiscal mais correto e amplo (Vieira, 2014: 753). A equidade e justiça fiscal, assim como a garantia de que são disponibilizadas à região as suas receitas continuam a ser a principal preocupação do Governo Regional (Vieira, 2014: 753). Isto porque a região não dispõe de todos os instrumentos que lhe permitam exercer um controle efetivo, competindo ao Governo Central controlar a arrecadação das receitas e a sua contabilização, procedendo, posteriormente, à sua distribuição (Vieira, 2014: 753).

Em 2007, o Parlamento aprovou a Lei das Finanças Regionais (Vieira, 2014: 753). Aqui ficaram definidos os impostos, pertença da região e os mecanismos de avaliação do valor das transferências (Vieira, 2014: 754). Perante isto, o Governo Regional apresentou a sua demissão, obrigando a novas eleições regionais (Vieira, 2014: 754).

A transferência de competências financeiras e tributárias foi, ao longo dos últimos 35 anos de autonomia, uma das principais questões que materializou o diferendo entre as Regiões e o Governo Central (Vieira, 2014: 746). Quando todo o processo parecia estar bem encaminhado, em termos da RAM passar a dispor de plena, ou quase plena, intervenção na gestão financeira e tributária, eis que surge a crise económico-financeira (Vieira, 2014: 746).

2008-2010 cingiu-se pela Grande Recessão, ou seja, a crise económica que se principiou como um agregado de circunstâncias problemáticas nos mercados financeiros, onde se transacionavam títulos hipotecários de baixa qualidade e que, rapidamente, se transformou num colapso de proporções mundiais. O Lehman Brothers faliu, os mercados interbancários

congelaram, a fonte de crédito e o valor das habitações tombou a pique e a desconfiança travou o investimento. Relativamente às finanças públicas, o ano de 2010 foi atípico devido às medidas de austeridade (Governo Regional, 2010: 16). O combate ao défice transformou-se na maior prioridade do Estado, após este ter atingido máximos históricos (Governo Regional, 2010: 16). A nível externo, notou-se a pressão dos mercados financeiros em relação ao aumento dos juros da dívida pública (Governo Regional, 2010: 16). O endividamento externo determinou o pedido de intervenção ao FMI, ao BCE e à Comissão Europeia (Troika) e o PAEF assinado pela RAM com o Estado Português (Governo Regional, 2012: 17). Algumas das medidas importantes, foram tomadas, em 2010, com o PEC, sendo de salientar, a antecipação da eliminação das medidas de estímulo à economia, a redução das transferências, a redução da despesa na Administração Central, uma tributação adicional sobre o rendimento das pessoas singulares, entre outras (Governo Regional, 2010: 16).

3. O impacto da crise: a intervenção da Troika no financiamento e autonomia da RAM

3.1. Ano de 2010

Devido à necessidade de correção do défice excessivo e à atualização do PEC, que estabeleceu, inicialmente, um défice de 8,3% do PIB como objetivo, e mais tarde, devido à instabilidade dos mercados financeiros, um défice de 7,3% do PIB, a política orçamental caracterizou-se pela tomada de medidas exigentes, tanto pelo lado da receita como pelo lado da despesa, com o intuito de repor as finanças públicas (Governo Regional, 2011: 4).

As necessidades líquidas de financiamento decresceram para os 16 863 milhões de euros (Governo Regional, 2011: 4). A rigidez dos preços e dos salários limitaram a competitividade (Governo Regional, 2011: 4-5). O défice das administrações públicas se situou em -9,8% (Governo Regional, 2011: 5). O rácio da dívida pública registou uma evolução ascendente, atingindo perto de 100% do PIB (Governo Regional, 2011: 5). A degradação das contas das administrações públicas a níveis muito significativos representou a necessidade de financiamento de 16 259 milhões de euros (Governo Regional, 2011: 6).

A população ativa tinha vindo a aumentar, atingindo o seu pico no ano de 2010, que conjugado com a conjuntura económica, resultou numa taxa de desemprego de 7,6% (Governo Regional, 2011: 8).

Verificou-se um aumento do IPC, com a taxa de variação média anual a fixar-se nos 2,0% (Governo Regional, 2011: 8).

As receitas correntes consolidadas foram de 980,6 milhões de euros e representaram 75,5% das receitas totais (Governo Regional, 2011: 12). Aqui destacaram-se as cobranças dos impostos diretos e dos impostos indiretos com 289,6 milhões de euros e 394,0 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2011: 12).

3.2. Ano de 2011

Em 2011, a economia portuguesa ficou marcada por dois acontecimentos: a interrupção do acesso ao financiamento e o início da aplicação do PAEF (Governo Regional, 2012: 4). As equipas da Comissão Europeia, do BCE e do FMI analisaram o PAEF-RAM e estabeleceram que era necessário reduzir o saldo da Administração Pública Regional e Entidades Públicas Reclassificadas para -158 milhões de euros (-3.1% do PIB) em 2012, para -39,6 milhões de euros (-0.8% do PIB) em 2013, para 17,5 milhões de euros (0.3% do PIB) em 2014 e a redução do rácio da dívida a partir de 2013, para garantir a sustentabilidade da dívida (Governo Regional, 2016: 29). Assim, o PAEF-RAM visou a monitorização do cumprimento dos limites quantitativos e dos objetivos definidos, com vista a desbloquear os desembolsos necessários para suprir as necessidades de financiamento (Governo Regional, 2016: 29).

Estes condicionalismos traduziram-se numa queda de 1,6% do PIB, em consonância com a contração verificada em todas as componentes da procura interna, que, por sua vez, foi compensada pelo crescimento das exportações (Governo Regional, 2012: 4).

Verificou-se um crescimento quer para o RD, quer para o RP (Governo Regional, 2012: 4).

Após um ano em que o VAB pautou-se por uma ligeira queda, este indicador foi positivo com um crescimento de 0,8% (Governo Regional, 2012: 8).

A taxa de desemprego passou para níveis históricos, atingindo os 13,8% (Governo Regional, 2012: 8). No que se refere à população empregada se registou uma quebra de 6,3% (Governo Regional, 2012: 8). A taxa de atividade sofreu um ligeiro aumento na ordem dos 0,3% (Governo Regional 2012: 8).

Em 2011, verifica-se o aumento do IPC, com a taxa de variação média anual a fixar-se nos 3,4% (Governo Regional, 2012: 8).

De 2010 para 2011, apuramos que ocorreram diminuições em quase todos os agrupamentos da receita e da despesa (Governo Regional, 2012: 10). A exceção foram as receitas correntes, que registaram um acréscimo de 3,5%, o que representou 1 015,0 milhões de euros e 86,7% das receitas totais (Governo Regional, 2012: 10). Será de salientar o maior peso relativo das cobranças de impostos diretos e dos impostos indiretos, que representaram 65,7% das receitas correntes (Governo Regional, 2012: 10).

Excluindo os encargos correntes da dívida, o saldo primário, em 2011, ascendeu a 32 milhões de euros (Governo Regional, 2012: 17). Do mesmo modo, considerando as amortizações da dívida pública e outros passivos, as necessidades de financiamento ascenderam a 48,1 milhões de euros (Governo Regional, 2012: 17).

A taxa de investimento aparente, que relaciona a FBCF com o VAB, mostra que a RAM permanecia como uma das regiões com maior aplicação de recursos na realização de investimento (Governo Regional, 2015: 8). O nível do VAB por pessoa empregada registou um crescimento de 1,8% (Governo Regional, 2015: 9). Por sua vez, o índice de disparidade de produtividade face à média nacional aumentou de 101%, em 2010, para 103%, em 2011 (Governo Regional, 2015: 9).

3.2. Ano de 2012

Em termos do crescimento médio anual, o rendimento primário e o rendimento disponível das famílias cresceram, respetivamente, 1,5% e 2,3% (Governo Regional, 2013: 7).

Em 2012, verificou-se um aumento do IPC, com a taxa de variação média anual a fixar-se nos 4,8% (Governo Regional, 2013: 7). De 2009 a 2012 registaram-se nas respetivas taxas

aumentos continuados, em virtude do comportamento dos mercados das matérias-primas e dos vários aumentos das taxas do IVA (Governo Regional, 2013: 10).

As receitas e as despesas totalizaram 1 757,4 milhões de euros e 1 617,2 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2013: 11). As receitas correntes ascenderam a 938,0 milhões de euros, destacando-se o peso das cobranças de impostos diretos e dos impostos indiretos (Governo Regional, 2013: 11).

O Governo Regional da Madeira solicitou assistência financeira por parte da República Portuguesa para inverter o desequilíbrio da situação financeira e, assim, garantir a sustentabilidade das finanças públicas regionais (Governo Regional, 2013: 20). Assim, foi estabelecido o PAEF-RAM, onde foram acordados os termos em que a assistência é prestada, os limites quantitativos e os objetivos, assim como as medidas a adotar com vista à concretização das metas estabelecidas (Governo Regional, 2013: 20). Os objetivos do PAEF-RAM previam um défice de 158,1 milhões de euros para 2012, tendo a Região nesse ano apresentado um défice na ordem dos 102,5 milhões de euros (Governo Regional, 2016: 30). Em termos de contabilidade pública, os objetivos situavam-se num défice de 194,3 milhões de euros, tendo a Região apresentado um défice na ordem dos 95,4 milhões de euros (Governo Regional, 2016: 30). O cumprimento dos limites foi alcançado através da contenção da despesa, graças à redução do investimento, à contenção das despesas com pessoal e no sector da saúde e aos benefícios resultantes do acordo alcançado com fornecedores para o pagamento de dívida comercial (Governo Regional, 2016: 30). Do montante total de 1 500 milhões definido no contrato de empréstimo entre o Estado e a Região, o Estado disponibilizou empréstimos no valor de 635,1 milhões de euros (Governo Regional, 2013: 21).

Em virtude do PAEF prever a substituição da dívida comercial pela dívida financeira, as despesas efetivas superaram as receitas efetivas cobradas, na ordem dos 491,7 milhões de euros, originando na conta da Administração Pública Regional um défice, na ótica da contabilidade pública, substancialmente superior ao do ano anterior (Governo Regional, 2013: 18). Por outro lado, foram efetivados pagamentos de 603,9 milhões de euros, relativos a despesas de anos anteriores, que face ao aumento do endividamento líquido bancário em 565,9 milhões de euros, traduziu-se numa redução dos encargos assumidos e não pagos e relativos a anos anteriores de 38,1 milhões de euros, cobertos por fundos próprios (Governo Regional, 2013: 18). A cobrança líquida de receitas efetivas em 2012 ascendeu a 962,9 milhões de euros, espelhando uma diminuição de 6,3% em relação a 2011 e distribuiu-se pelas receitas correntes

com 894,4 milhões de euros, pelas receitas de capital com 67,1 milhões de euros e pelas reposições não abatidas nos pagamentos com 1,4 milhões de euros (Governo Regional, 2013: 18).

O ano de 2012 regista uma evolução negativa do PIB, com uma variação nominal de - 6,4% entre 2011 e 2012 (Governo Regional, 2014: 10). Tal deve-se aos efeitos das medidas implementadas no âmbito do PAEF-RAM (Governo Regional, 2014: 10). Como consequência da menor performance económica, os índices de disparidade da RAM face ao país e à União Europeia têm-se reduzido, posicionando-se a Região 25% acima da média nacional e 8% e 5% abaixo das médias da UE15 e UE28, respetivamente (Governo Regional, 2014: 10).

3.3. Ano de 2013

Relativamente ao nível da distribuição do rendimento pelas famílias verifica-se um ligeiro decréscimo do RP e do RD (Governo Regional, 2014: 10).

Em 2013, se averiguou um aumento do IPC, com a taxa de variação média anual a fixar-se nos 1,2%, (3,4% em 2011 e 4,8% em 2012) (Governo Regional, 2014: 12).

As receitas e as despesas totais consolidadas ascenderam a 2 698,2 milhões de euros e a 2 459,9 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2014: 14). As receitas correntes consolidadas foram de 1 139,1 milhões de euros o que representa mais 201,1 milhões de euros comparativamente ao ano de 2012 (Governo Regional, 2014: 14). Ao nível destas receitas sobressai a carga das cobranças dos impostos diretos e dos impostos indiretos (Governo Regional, 2014: 15).

Em virtude do PAEF-RAM a prever substituição da dívida comercial pela dívida financeira, as despesas efetivas superaram as receitas efetivas cobradas, na ordem dos 838,2 milhões de euros, originando um défice na contabilidade pública (Governo Regional, 2014: 22). Por outro lado, foram efetivados pagamentos de 1 081,7 milhões de euros, relativos a despesas de anos anteriores, que face ao aumento do endividamento líquido bancário em 971,4 milhões de euros, traduziu-se numa redução dos encargos assumidos e não pagos e relativos a anos anteriores de 106,5 milhões de euros, cobertos por fundos próprios (Governo Regional, 2014: 22).

Excluindo os encargos correntes da dívida, o saldo primário apresenta um défice na ordem dos 783,5 milhões de euros (Governo Regional, 2014: 23). Considerando as amortizações da dívida pública e outros passivos, as necessidades de financiamento ascenderam a 1 087,5 milhões de euros (Governo Regional, 2014: 23).

Comparativamente, à avaliação do PAEF-RAM de 2012, em termos de ótica da contabilidade pública, o défice registado em 194,3 milhões de euros, evoluiu para um saldo orçamental de mais 197,4 milhões de euros (Governo Regional, 2014: 24). O cumprimento dos limites do programa foi alcançado por via da maior execução da despesa, essencialmente afeta a pagamento de encargos de anos anteriores e, em menor magnitude, pela execução da receita acima do esperado (Governo Regional, 2014: 24).

As necessidades de financiamento foram cobertas pelos empréstimos do Estado que ascenderam a 353,4 milhões de euros, perfazendo um total de 988,5 milhões de euros (Governo Regional, 2014: 25). Do montante total utilizado, 65% serviu para pagar a dívida, cerca de 26% foi utilizado para colmatar as necessidades de financiamento e o restante para pagar a dívida a fornecedores (Governo Regional, 2014: 25). A Madeira recebeu 854,1 milhões de euros no âmbito de empréstimo, com aval do Estado, destinado a uma operação de refinanciamento de dívida comercial por dívida financeira (Governo Regional, 2014: 25). A regularização de dívidas ascendeu a um montante de 1 081,7 milhões de euros, tendo sido efetuada através da utilização do empréstimo bancário com consentimento do Estado, no montante de 853,6 milhões de euros, do empréstimo do PAEF-RAM, no valor de 35,2 milhões de euros e com recurso a receitas próprias da Região, no total de 187,9 milhões de euros, incluindo a receita extraordinária da ANAM, de 80 milhões de euros (Governo Regional, 2014: 25).

O PIB regional estava avaliado em 4 071 milhões de euros, tendo crescido 0,9% (Governo Regional, 2015: 7). Em termos dos índices de disparidade do PIB *per capita*, é de salientar a evolução positiva, em 2013, face às médias comunitárias (Governo Regional, 2015: 7). Tendo como termo de comparação a UE15, o índice subiu de 70% para 73% entre 2012 e 2013, passando nestes mesmos anos de 72% para 75% face à UE28 (Governo Regional, 2015: 7). Comparativamente à média nacional, o PIB *per capita* da RAM manteve-se a 95% do valor de referência (Governo Regional, 2015: 7).

A RAM apresentou um excedente orçamental superior ao exigido pelo Programa em 179,5 milhões de euros (Governo Regional, 2015:30). Tal explica-se através da redução com

encargos do ano (em 163,6 milhões de euros), face ao implícito no Orçamento Retificativo para 2013, e, em menor grau, pela execução da receita acima do esperado em 15,9 milhões de euros (Governo Regional, 2016: 30).

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, depois de atingido um máximo histórico (19,8%) no primeiro trimestre de 2013, assistiu-se a uma melhoria gradual e significativa da taxa de desemprego (Governo Regional, 2017: 15).

3.4. Ano de 2014

Em 2014, os resultados indicam melhorias significativas quer no emprego, quer no desemprego, com o primeiro a crescer 2,6% e o segundo a diminuir 17,6%, passando a taxa de desemprego de 18,1%, em 2013, para 15,0%, em 2014 (Governo Regional, 2015: 8-9).

Verificou-se uma diminuição do IPC, com a taxa de variação média anual a atingir valores negativos e a fixar-se nos -0,5%, registando um valor inferior aos observados nos dois anos anteriores (4,8%, em 2012, e 1,2%, em 2013) (Governo Regional, 2015: 9).

As receitas e as despesas totais consolidadas ascenderam a 2 223,1 e 1 993,7 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2015: 10). As receitas correntes consolidadas foram de 1 156,0 milhões de euros (Governo Regional, 2015: 11). Este tipo de receitas tem como maior preponderância a cobrança dos impostos diretos e dos impostos indiretos, com 392,4 milhões de euros e 483,9 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2015: 12).

Em virtude do PAEF-RAM substituir a dívida comercial por dívida financeira, em 2014, as despesas efetivas superaram as Receitas efetivas cobradas, na ordem dos 422,0 milhões de euros, originando na conta do subsetor do Governo Regional um défice (Governo Regional, 2015: 18). Foram efetivados pagamentos de 496,8 milhões de euros, relativos a despesas de anos anteriores, que face ao aumento do endividamento líquido bancário em 424,8 milhões de euros, traduziu-se numa redução dos encargos assumidos e não pagos e relativos a anos anteriores de 72,0 milhões de euros, cobertos por fundos próprios (Governo Regional, 2015: 18).

As necessidades brutas de financiamento ascenderam a 679,8 milhões de euros, uma diminuição de 37,5% comparativamente a 2013 (Governo Regional, 2015: 19).

No âmbito do PAEF-RAM, a RAM contratou um empréstimo, com a aprovação do Estado, até ao montante máximo de 1 100 milhões de euros, tendo utilizado de 1 074 milhões de euros entre 2013 e 2014 (Governo Regional, 2015: 21). A Região contratou um novo empréstimo até ao montante máximo de 150 milhões de euros, tendo empregue 94 milhões de euros (Governo Regional, 2015: 21). Assim, as restantes necessidades de financiamento da Região foram satisfeitas por empréstimos do Estado que ascenderam a 1 181 milhões de euros (Governo Regional, 2015: 21).

Os dados mostram que o PIB regional foi avaliado em 4 085 milhões de euros, tendo crescido 1,3% (Governo Regional, 2016: 14)

3.5. Ano de 2015

A evolução registada interrompe uma série de três anos com crescimentos negativos e significou a saída da recessão económica (Governo Regional, 2016: 14).

Os índices de disparidade *per capita* do RP e do RD situaram-se 8% e 2% abaixo da média nacional, respetivamente (Governo Regional, 2016: 15).

O mercado de trabalho deu sinais de recuperação (Governo Regional, 2016: 17). Verificou-se um crescimento da população ativa (0,3%) e do número de pessoas empregadas (0,7%), bem como uma diminuição do número de desempregados (-1,9%) (Governo Regional, 2015: 17). Inicialmente, a taxa de desemprego encontrava-se nos 18,1%, sendo de 14,7% no final de 2015 (Governo Regional, 2016: 17).

Em 2015, manteve-se a tendência de diminuição do IPC, com a taxa de variação média anual a atingir valores negativos e a fixar-se nos -0,1% (Governo Regional, 2016: 17).

As receitas e as despesas totais remontaram a 2 376,3 e 2 142,6 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2016: 19). As receitas correntes consolidadas foram de 1 217,2 milhões de euros (Governo Regional, 2016: 20). Este tipo de receitas tem como maior preeminência a cobrança dos impostos diretos e dos impostos indiretos, com 402,5 milhões de euros e 485,0 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2016: 20).

Prosseguiu-se com a substituição da dívida comercial pela dívida financeira, por forma a continuar o processo de regularização dos compromissos com os fornecedores e assim

contribuir para dinamizar a economia regional (Governo Regional, 2016: 26). Foram efetivados pagamentos de 333,8 milhões de euros referentes a despesas de anos anteriores, que face ao aumento do endividamento líquido bancário em 237,3 milhões de euros traduziram-se numa redução dos encargos assumidos e não pagos relativos a anos anteriores de 99,7 milhões de euros, cobertos por fundos próprios (Governo Regional, 2016: 27).

Considerando as amortizações da dívida pública e outros passivos, as necessidades de financiamento ascenderam a 784,3 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 15,4% (Governo Regional, 2016: 27).

2015 foi o último ano de vigência do PAEF-RAM (Governo Regional, 2016: 29). A formalização da assistência financeira entre a RAM e a República Portuguesa, contemplou um financiamento no montante global de 1 500 milhões de euros, assim como um conjunto de medidas orientadas para permitir a consolidação orçamental de forma a recuperar a sustentabilidade das finanças públicas e a capacidade de financiamento autónomo (Governo Regional, 2016: 29).

3.6. Ano de 2016

No final de 2016, os resultados indicaram uma taxa de desemprego estimada em 11,0% (Governo Regional, 2017: 15). A população empregada voltou a aumentar nos últimos dois trimestres de 2016, representando um crescimento de 1,8% (Governo Regional, 2017: 15-16).

No que se refere ao investimento, a evolução negativa deste agregado nos últimos anos traduz o arrefecimento da atividade económica verificada no decorrer do PAEF-RAM que, delineando como um dos seus vetores um limite ao investimento público, conduziu a uma redução desta variável (Governo Regional, 2017: 18). A título de exemplo, no ano de 2012 estima-se que a FBCF tenha registado uma quebra de 47,8%, a qual justifica-se justificada pela diminuição do investimento da Administração Regional em 77,7% e do setor privado em 27,9% (Governo Regional, 2017: 18). Refira-se que a taxa de investimento da RAM se situava em, aproximadamente, 13,4%, em 2014 (Governo Regional, 2017: 18).

As receitas e as despesas totais consolidadas ascenderam a 1 887,7 e 1 601,1 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2017: 20). As receitas correntes consolidadas foram

de 1.230,9 milhões de euros (Governo Regional, 2017: 22). Este tipo de receitas tem como maior supremacia a cobrança dos impostos diretos e dos impostos indiretos, com 393,5 milhões de euros e 523,0 milhões de euros, respetivamente (Governo Regional, 2017: 22).

3.7. Ano de 2017

A economia regional encerrou 2017 com crescimentos positivos (Governo Regional, 2018: 8). Embora evoluindo a um ritmo inferior, no final do ano, verificou-se uma nova aceleração do crescimento económico para a RAM (Governo Regional, 2018: 8).

Continua-se a assistir a uma redução da taxa de desemprego, a qual não ultrapassava os 8,9% no final de 2017 (Governo Regional, 2018: 8). Sublinhe-se que, em resultado da melhoria da atividade económica, observa-se uma aceleração da taxa de crescimento da população empregada (Governo Regional, 2018: 8).

Em 2016 e 2017, o peso do desemprego de longa duração no desemprego total (69,7% e 68,8%, respetivamente) continua a ser superior ao do desemprego de curta duração (30,3% e 31,2%, pela mesma ordem), observando-se uma trajetória de correção do desemprego de longa duração (Governo Regional, 2018: 9-10). O peso do desemprego de longa duração no total de desempregados atingiu os 68,9% no último trimestre de 2017, abaixo dos 74,6% registados em 2016 (Governo Regional, 2018: 10).

A evolução do consumo privado em 2017, registou crescimentos homólogos entre os 2,1 e os 5,0, os quais foram inferiores aos de 2016 (entre 3,9% e 6,5%,) (Governo Regional, 2018: 10).

Em 2016 e 2017, as perspetivas foram de aumento do investimento, estimando-se uma variação homóloga de 11,8% face ao previsto para 2016 (Governo Regional, 2018: 12).

CAPÍTULO III - Apresentação de resultados

Neste capítulo darei especial atenção à ligação entre o discurso da autodeterminação e a estratégia. Serão apresentados os resultados da análise de conteúdo, os quais foram possíveis obter através do programa MAXQDA. Tendo em conta a complexidade do *corpus* de análise, as hipóteses de investigação, o objetivo e pergunta de investigação, elaborei um quadro síntese dos pontos chave para a análise do conteúdo dos discursos. Sendo assim, foi concernente equacionar três categorias de análise:

Tabela 1 - Pontos chave para a análise de conteúdo dos discursos da classe política madeirense proferidos durante as sessões legislativas regionais entre 2010 - 2017	
Categorias	Indicadores
Autodeterminação interna e externa	Autonomia e independência.
Crise	Crise, austeridade, Troika, carga fiscal, PAEF, PEC, memorando, impostos, dívida, FMI, défice.
Financiamento	Fundos, Empréstimos, Verbas.
Elaborado pela própria	

1. Resultados da análise de 2010

1.1. Nuvem de palavras



Figura 1 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2010

A *word cloud* consiste numa lista visual hierarquizada das palavras mais utilizadas durante os discursos da classe política madeirense realizados ao longo das sessões legislativas regionais que ocorreram em 2010. Neste caso, é possível constatar que crise, financiamento e autonomia são as expressões mais citadas, seguindo-se desenvolvimento e revisão constitucional.

1.2. Matriz de contingência

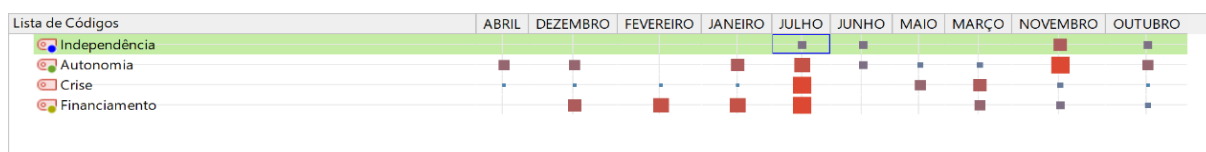


Figura 2 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2010

A matriz de contingência é uma ferramenta visual que permite evidenciar a evolução, a presença ou ausência e intensidade dos indicadores de análise. Neste ano, a autonomia, a crise e o financiamento encontram-se em quase todos os discursos, sendo que a maior intensidade ocorreu nos meses de julho e novembro. Já a independência é patente em menos meses e registou muito menos intensidade quando comparada com os indicadores anteriores.

1.3. Coocorrência

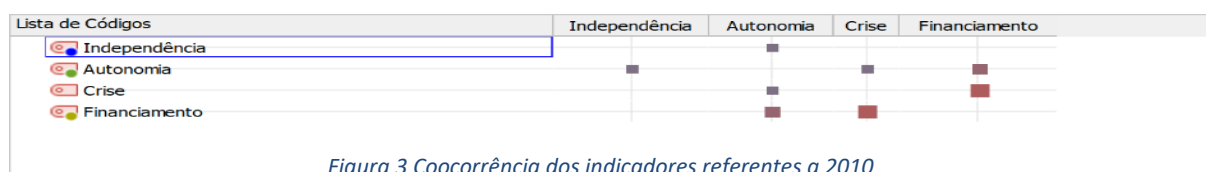


Figura 3 Coocorrência dos indicadores referentes a 2010

A coocorrência consiste num princípio distribucional que diz respeito à possibilidade de unidades linguísticas distintas ocorrerem em combinação com outras. No presente ano, a coocorrência entre crise – financiamento e autonomia – financiamento foi a que revelou maior sobreposição entre os indicadores. Segue-se em menor grau a correlação de autonomia – crise.

1.4. Correlação

Correlação dos indicadores referentes a 2010			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			P= 0.3601
Independência			P=0.3842
Crise	P=0.3842	P=0.3601	
Financiamento	P=0.3746	P=0.4613	

Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.

Através da correlação extraímos a dependência ou a desassociação entre dois indicadores. Sendo assim, verificamos que em todos os indicadores há correlação positiva, apesar de fraca. Porém, destaque-se a maior dependência entre autonomia – financiamento.

2. Resultados da análise de 2011

2.1. Nuvem de palavras



Figura 4 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2011

Em 2011, constate-se que as palavras crise, financiamento e autonomia são as mais utilizadas, enquanto que a independência surge, pela primeira vez, com alguma frequência.

2.2. Matriz de contingência

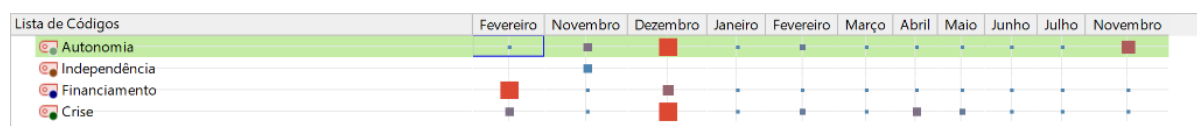


Figura 5 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2011

No presente ano, apesar da maior incidência em dezembro e fevereiro, a autonomia, a crise e o financiamento encontram-se em todos os discursos. A independência, apenas, surge em novembro e com menos intensidade que as restantes.

2.3. Coocorrência

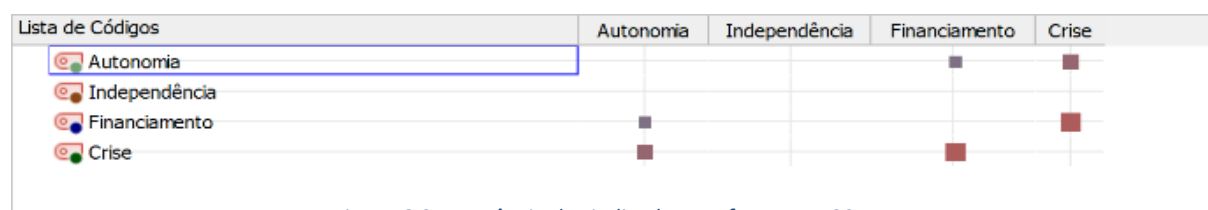


Figura 6 Coocorrência dos indicadores referentes a 2011

No ano de 2011, a coocorrência entre crise – financiamento mantém-se, enquanto que entre autonomia e crise e autonomia e financiamento a coocorrência é menor.

2.4. Correlação

Tabela 3 – Correlação dos indicadores referentes a 2011			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			
Independência			
Crise	P=0.2871	P=0.565	
Financiamento	P=0.3089	P=0.2818	P=0.307
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

A correlação entre os indicadores sofreu alterações. Isto é, a correlação entre independência - crise passou para uma correlação fraca. A correlação entre independência – financiamento desceu $p= 0.1795$, o que a torna numa correlação fraca. Não obstante, a correlação entre autonomia – crise passou para uma correlação moderada. A correlação crise – financiamento apesar de positiva, é fraca.

3. Resultados da análise de 2012

3.1. Nuvem de palavras



Figura 7 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2012

Em 2012, crise e autonomia foram as palavras que mais se citaram. Em comparação com o ano anterior, financiamento e independência mantêm a mesma escala.

3.2. Matriz de contingência

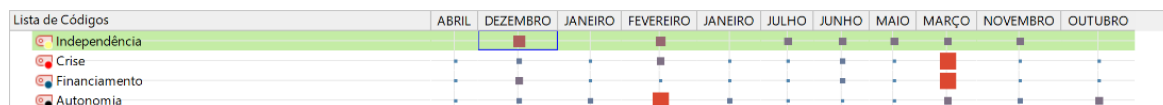


Figura 8 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2012

Neste ano, os indicadores foram referenciados, praticamente, ao longo do ano. Porém, foi a autonomia que mais se destacou, seguindo-se a independência.

3.3. Coocorrência

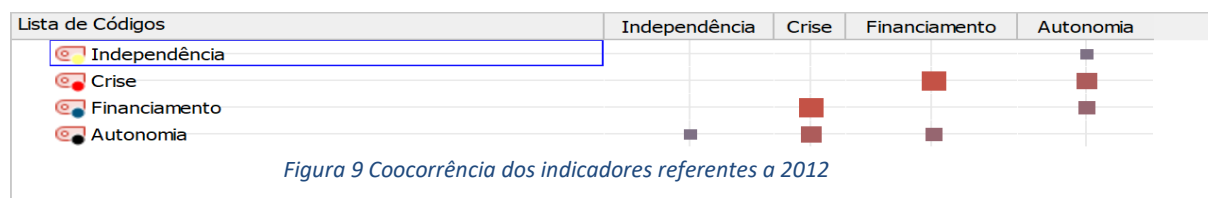


Figura 9 Coocorrência dos indicadores referentes a 2012

A coocorrência entre crise – financiamento e autonomia – crise é a que mais se destaca, enquanto que há uma ligeira combinação entre os restantes indicadores.

3.4. Correlação

Tabela 4 – Correlação dos indicadores referentes a 2012			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			
Independência			
Crise		P=0.306	
Financiamento	P=0.3247	P=0.4300	P=0.915
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

Comparativamente ao ano anterior, a correlação entre os indicadores demonstra que a correlação entre financiamento - crise tornou-se forte. A correlação de autonomia - financiamento voltou a aumentar, o que a tornou moderada. Em relação à de autonomia – crise, apesar de ser uma correlação positiva moderada, desceu ligeiramente. Entre independência – financiamento a correlação é positiva fraca.

4. Resultados de 2013

4.1. Nuvem de palavras



Figura 10 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2013

É possível constatar que crise e autonomia são as expressões mais referenciadas, seguindo-se financiamento e, em menor frequência, independência.

4.2. Matriz de contingência

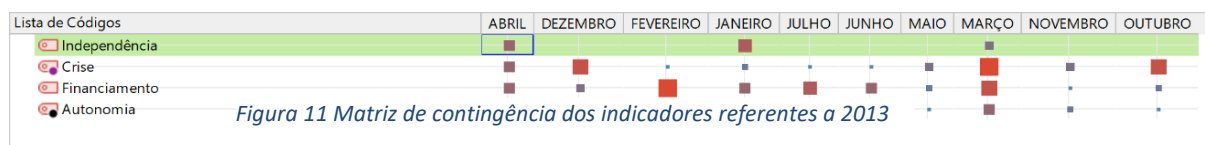


Figura 11 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2013

Ao longo de 2013, todos os indicadores, exceto independência, encontram-se em todos os discursos, sendo que a maior intensidade ocorreu em abril, janeiro e março. A independência só foi expressada em abril, janeiro e março e registou um pouco mais de intensidade, quando comparada com anos anteriores.

4.3. Coocorrência

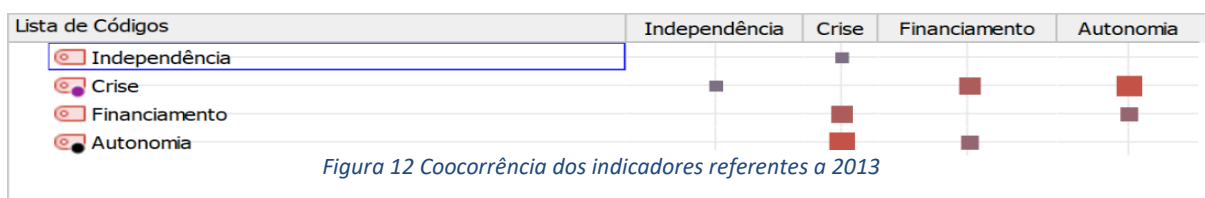


Figura 12 Coocorrência dos indicadores referentes a 2013

Em 2013, verifica-se coocorrência entre crise – financiamento. Com maior incidência entre financiamento – crise e autonomia – crise.

4.4. Correlação

Tabela 5 – Correlação dos indicadores referentes a 2013			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			P= 0.4251
Independência			P= 0.4509
Crise			
Financiamento	P= 0.2771	P= 0.389	P= 0.2771
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

Juntando os indicadores independência – crise obtemos uma correlação positiva moderada. O mesmo verifica-se quando agregamos autonomia – crise. De seguida, com menor correlação está autonomia – financiamento. Por fim, com menor dependência entre os indicadores temos crise – financiamento e independência – financiamento.

5. Resultados de 2014

5.1. Nuvem de palavras



Figura 13 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2014

Constata-se que, em 2014, a autonomia se destaca em relação aos restantes indicadores. Seguindo-se a crise e o financiamento. Por fim, a independência.

5.2. Matriz de contingência

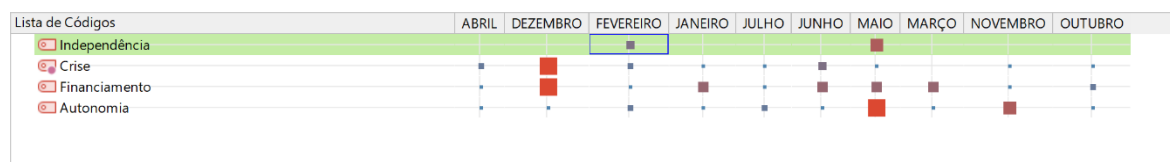
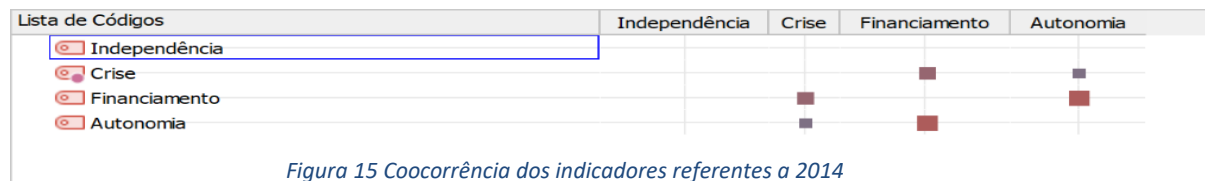


Figura 14 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2014

O indicador independência apenas encontra-se presente em fevereiro e maio. A autonomia, a crise e o financiamento foram citados em todos os discursos, sendo que a maior intensidade ocorreu em dezembro e maio.

5.3. Coocorrência



Observa-se que a coocorrência entre autonomia – financiamento e crise – financiamento é maior que a coocorrência autonomia – crise. O indicador independência não demonstrou coocorrência com os restantes indicadores.

5.4. Correlação

Tabela 6 – Correlação dos indicadores referentes a 2014			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			P= 0.310
Independência			
Crise	P= 0.4295		
Financiamento	P= 0.5000	P= 0.226	P= 0.680
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

Em 2014, verifica-se um aumento substancial das correlações, com exceção da correlação autonomia – financiamento.

6. Resultados de 2015

6.1. Nuvem de palavras



Financiamento foi a palavra-chave de 2015. De seguida, com a mesma intensidade crise e autonomia. E por fim, independência.

6.2. Matriz de contingência



Figura 17 Matriz de contingência dos indicadores referentes a 2015

Os indicadores autonomia, crise e financiamento encontram-se em todos os discursos, cuja intensidade ressalta em maio e dezembro. A independência surgiu, apenas, em julho.

6.3. Coocorrência

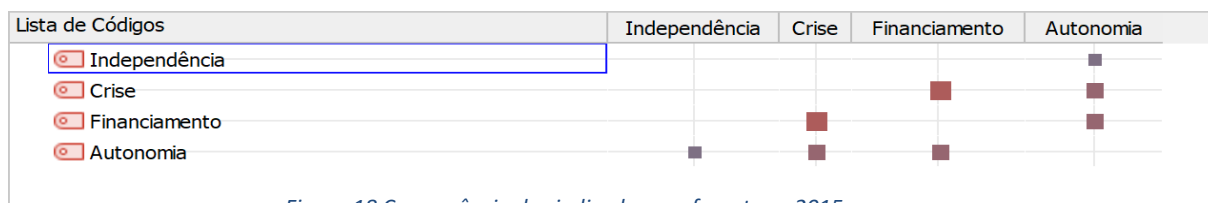


Figura 18 Coocorrência dos indicadores referentes a 2015

Os indicadores crise – financiamento apresentaram a coocorrência mais elevada, seguindo-se crise – autonomia e autonomia – financiamento.

6.4. Correlação

Tabela 7 – Correlação dos indicadores referentes a 2015			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			P= 0.2610
Independência			
Crise	P= -0.032		
Financiamento	P= 0.2656	P= 0.4911	
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

A correlação entre independência e crise apresenta uma correlação negativa bastante fraca. Entre independência e financiamento apesar de a correlação ser positiva é fraca. Há um decréscimo da correlação entre autonomia e crise. E entre autonomia e financiamento uma correlação moderada.

7. Resultados de 2016

7.1. Nuvem de palavras



Figura 19 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2016

Novamente, o financiamento é a palavra mais citada. Com menor frequência segue-se a expressão crise. A autonomia e a independência foram as menos utilizadas.

7.2. Matriz de contingência

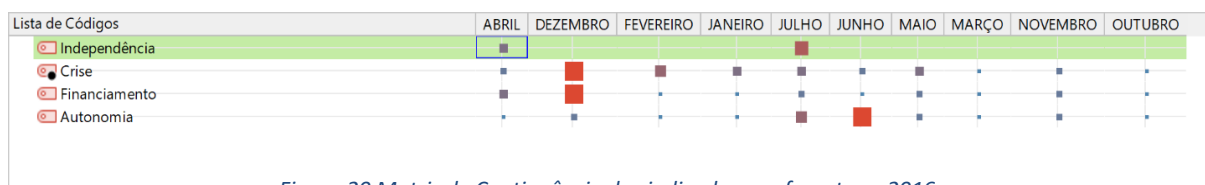


Figura 20 Matriz de Contingência dos indicadores referentes a 2016

Todos os indicadores, excluindo o indicador independência, encontram-se em todos os discursos, cuja maior intensidade ocorreu no mês de dezembro.

7.3. Coocorrência

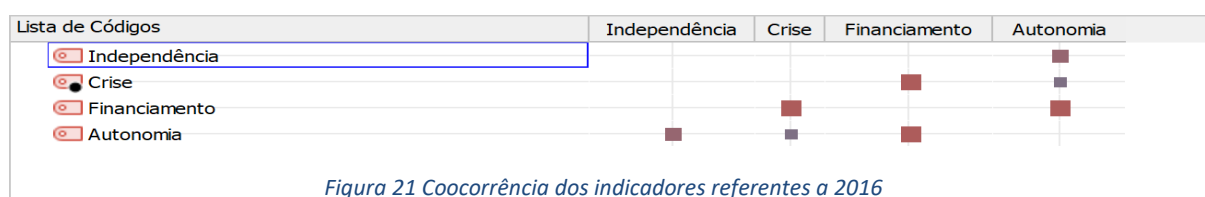


Figura 21 Coocorrência dos indicadores referentes a 2016

Observa-se uma maior sobreposição entre os indicadores crise – financiamento e autonomia – financiamento, seguindo-se autonomia – crise.

7.4. Correlação

Tabela 8 – Correlação dos indicadores referentes a 2016			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			
Independência			P= 0.045
Crise		P= 0.004	
Financiamento	P= 0.090	P= -0.049	P= 0.0057
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

Em todos os indicadores é possível constatar a descida da dependência entre eles. Apesar de na sua maioria apresentar uma correlação positiva, a mesma é quase insignificante. Verifica-se que a correlação entre autonomia e financiamento é negativa.

8. Resultados 2017

8.1. Nuvem de palavras



Figura 22 Nuvem de palavras dos indicadores referentes a 2017

Em 2017, a autonomia voltou ao destaque, seguindo-se com menos referência financiamento e crise.

8.2. Matriz de contingência



Figura 23 Matriz de Contingência dos indicadores referentes a 2017

O indicador independência registou uma fraca frequência. Os restantes indicadores encontram-se em todos os discursos, em exceto a autonomia, a qual não está presente em janeiro. A maior intensidade ocorreu no mês dezembro e fevereiro.

8.3. Coocorrência



Neste ano, a coocorrência é mais evidente entre financiamento – crise e financiamento – autonomia. A coocorrência entre autonomia – crise sofreu uma descida.

8.4. Correlação

Tabela 9 – Correlação dos indicadores referentes a 2017			
	Independência	Autonomia	Crise
Autonomia			P= 0.0478
Independência			
Crise	P= 0.1895		
Financiamento	P= 0.061	P= 0.3903	P= 0.037
Elaborado pela própria. Resultados estatísticos obtidos através do MAXQDA.			

Em 2017, a correlação entre autonomia e financiamento apesar de ser moderada, a mesma apresenta uma ligeira descida. Os restantes indicadores, também, demonstram uma diminuição da dependência entre si, apresentando correlações insignificantes.

CAPÍTULO IV - Discussão de Resultados

1. Ano de 2010

1.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Em 2010 crise, financiamento e autonomia foram as palavras mais citadas, seguindo-se desenvolvimento e revisão constitucional. A frequência da palavra crise deve-se, essencialmente, ao facto de, em 2010, o défice fixar-se nos 9,8 % do PIB, mais 0,6% que a estimativa inicial, principalmente devido ao desvio orçamental da Madeira. Neste sentido, a autonomia e o financiamento surgem da necessidade de desenvolver a Região. A revisão constitucional surge no seguimento da proposta de ampliação dos poderes da RAM.

1.2. Coocorrência e correlação

No presente ano, a coocorrência entre crise – financiamento e autonomia – financiamento foi a que revelou maior sobreposição entre os indicadores, seguindo-se, em menor grau, a correlação de autonomia – crise. Também, em quase todos os indicadores a correlação é positiva, apesar de fraca. Destaque-se a maior dependência entre autonomia – financiamento. Tal acontece devido à capacidade de a classe política construir uma estratégia discursiva, ou seja, através do seu poder, apesar de limitado, e de saber como o poder circula, coloca-se diante a saturação do sistema quer político, quer económico para dar sentido *post hoc* a certas mudanças políticas. Ou seja, como atores estratégicos, a classe política madeirense, balizou os discursos dentro de um contexto económico desfavorável de forma a legitimar os seus pedidos de financiamento e autonomia. Vejamos, então, o contexto em que a classe política se coloca para realizar tanto os pedidos de financiamento, como de autodeterminação.

Entre 2010–2014, Portugal foi arrastado para uma crise financeira, a qual se desenvolveu no contexto da crise da dívida pública da Zona Euro. Em 2010, *A austeridade regressou e atinge a população portuguesa, de forma persistente, prenunciando recessão e maiores dificuldades* (Abreu, 2010: 30). Era um *País na bancarrota, um País em retrocesso, um País com um défice super excessivo (...)* (Coelho, 2010: 8). A crise teve uma incidência negativa superior no espaço singular da ultraperiferia, agravando os respetivos

constrangimentos naturais estruturais permanentes, obrigando a que os Estados-membros adotassem medidas reais a favor da Região (Governo Regional da Madeira, s.d.: 157).

Neste sentimento de impotência face à crise, a classe política protestava que *É por estas razões que esta Região precisa de mais Autonomia, sim, mas precisa primeiro e muito mais de melhor Democracia* (Martins, 2010: 4). Além de que *a Madeira continua a ter uma luta pela Autonomia e temos uma República que não compreende a Autonomia e que a tenta asfixiar por todos os mecanismos que tem ao seu dispor* (Gaspar, 2010: 10). Aproveitando este contexto, a classe política pediu para que *lembrem-se que para efectuar toda a recuperação que a Madeira necessita é necessária a entrada de receitas. E é necessária a entrada de receitas quer do Orçamento de Estado, quer da União Europeia mas também quer do Orçamento Regional* (Gonçalves, 2010: 35). Também, foi ventilado por alguns deputados,

que propositadamente ao falarem de números e de transferências de verbas esqueceram-se que de facto há 30 milhões de euros em dívida por parte do Governo da República referentes ao quadro comunitário anterior e que ainda não foram transferidos para a região, bem como do actual quadro comunitário ainda não recebemos um cêntimo (Pestana, 2010: 31).

Reforçam a ideia de que

O Estado não paga, e ainda condiciona. O Estado tem relutância em autorizar os empréstimos, enfim contra a Madeira Marchar, Marchar. Nós temos de afirmar, contra aqueles que lutam contra os madeirenses: Lutar, Lutar! Somos sempre uma espinha na garganta do Primeiro-Ministro (Coelho, 2010: 8).

Ao nível das fontes de financiamento, no valor de 1080 milhões de euros, distribuídos pelos anos de 2010 a 2013, temos: o Fundo de Solidariedade da União Europeia, estimado em 31 milhões de euros; o acréscimo de 200 milhões de euros das transferências do Orçamento do Estado; o reforço de 265 milhões de euros do Fundo de Coesão da União Europeia; um financiamento do Banco Europeu de Investimentos de 250 milhões de euros e a transferência de 25 milhões de euros de verbas do PIDDAC a afetar à habitação (15 milhões de euros) e ao apoio às pequenas e médias empresas (10 milhões de euros) (Garcês, 2010: 4).

Neste sentido, através do discurso político estratégico, a classe política madeirense constrói a sua visão à volta de um enquadramento económico pouco favorável, cujo intuito é preservar a autodeterminação, mais concretamente um sub-arranjo estatal, ou seja, a autonomia e arrecadar financiamento às entidades nacionais e internacionais.

2. Ano de 2011

2.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Em 2011, as palavras crise, financiamento e autonomia foram as mais utilizadas, enquanto que a independência surgiu pela primeira vez. A frequência da palavra crise surgiu no contexto da recessão portuguesa, a qual sofreu um agravamento no último trimestre de 2010. Assim, aproveitando o quadro económico, através do discurso, a classe política profere que é necessária mais autonomia e independência económica e política, sendo que para tal é necessário financiamento.

2.2. Coocorrência e correlação

A partir de 2011, Portugal divergiu do resto da Europa. A contração do PIB perdurou durante três anos e colocou o produto ao nível de 2000. O colapso económico entre 2011 e 2013 resultou da acumulação da dívida quer pública, quer privada. 2011 ficou marcado pelo Memorando de Entendimento português com a Troika, o qual data 17 de maio de 2011, e esse foi também o dia, três anos depois, em 2014, que marcou o fim do programa de ajustamento.

Neste contexto, a classe política madeirense rememora que

A actual crise económica, financeira e social que se verifica actualmente na Região resulta de debilidades estruturais e desequilíbrios macroeconómicos e financeiros que se foram acumulando ao longo dos últimos anos, que este Governo foi incapaz de inverter, criando uma realidade dura, difícil, de falência de um sistema político que o actual Governo insiste em ocultar porque não tem uma visão, nem uma estratégia para sair deste fosso, que vai levar nos próximos meses a mais falências, a mais pobreza e a mais desempregados (Abreu, 2011: 95).

A partir desta contestação a classe política, através do discurso ergueu um objetivo, ou seja, perante as limitações impostas, um dos objetivos da classe política madeirense era defender os instrumentos da Autonomia de modo a garantir que a austeridade traduzida pelos diferentes PEC's não fossem aplicados na RAM (Escórcio, 2011: 10). Declaram não aceitar *ser tratados como um território estrangeiro sob domínio colonial* (Jardim, 2011b: 3). Além de que *a Autonomia foi o modelo de emancipação que escolhemos. Recusámos o colonialismo, não aceitámos o centralismo e pusemos de parte a opção separatista, tão fácil de conseguir dos “patriotas revolucionários” do 25 de Abril* (Sousa, 2011: 9). A classe política lembrou que a

República Portuguesa, que ainda nos impõe uma solução constitucional que é tecnicamente colonial, praticamente nada investiu por cá, foi tudo esforço legítimo e inteligente do Povo Madeirense, não apenas através do recurso ao crédito que a ninguém obrigámos a nos conceder, mas também resultado daquilo que produzimos, e bem, desde o Sector Primário da Economia ao dos Serviços (Jardim, 2011a: 13).

Decidiram continuar a lutar pela Autonomia e pelos Direitos do Povo Madeirense, neste tempo de ameaças preocupantes (Jardim, 2011a: 3). Afirmavam que não *aceitamos recuos ou interferências na Autonomia consagrada na Constituição* (Jardim, 2011a: 3). A classe política reputava que a *autonomia fiscal é essencial para adequar a política fiscal às nossas potencialidades, às nossas realidades económicas e sociais* (Sousa, 2011: 11). *Face ao desespero da situação económico-financeira* chegaram a aclamar *Independência sim, separatismo não!* (Mendoça, 2011: 10). O povo madeirense encontrou na Autonomia Política, no seio da República Portuguesa, o seu caminho de emancipação (Jardim, 2011a: 9).

A preocupação pelo défice e pela inflação, relegando para segundo plano o investimento e o emprego, trará consequências nefastas (Silva, 2011: 6). Para desenvolver a Madeira, *nós temos que ter um conjunto de leis que provoque esse desenvolvimento, que atraia riqueza (...)* (Pita, 2010: 7). Não há verdadeira autonomia, sem uma participação na definição das políticas respeitantes às águas territoriais que envolvem a Região, sem uma participação na definição das políticas respeitantes à nossa zona económica exclusiva e aos nossos fundos marinhos (Jardim, 2011a: 11).

Novamente, fruindo da realidade económica, a classe política madeirense afirma

É negociar na União Europeia, tal como o Estado Português está fazendo, para que o financiamento seja a 80% por parte da União Europeia, para permitir que a nossa contrapartida seja muito menor e portanto, sejamos poupados ajudando mais gente (Silva, 2011: 91).

Além deste pedido, foi acordada a reafectação de 265 milhões de euros do Fundo de Coesão, sendo esse valor destinado a reforçar as verbas para fazer face à destruição (Silva, 2011: 85). Também, ementaram que Portugal, através do Governo, apresentou uma proposta de reprogramação no que respeita aos programas financiados no âmbito FEDER, FSE e Fundo de Coesão, que se destinam a um aumento global da taxa de cofinanciamento da União Europeia e a adaptar a estrutura e a ênfase dos programas, tendo em conta a crise económica e financeira (Silva, 2011: 85). Além destes valores, *fomos buscar à União Europeia e temos divididos por 3 anos, 20 milhões para cada ano. E nós vamos continuar a fazê-lo. Para o ano vão haver mais 20 milhões para o funcionamento* (Silva, 2011: 92).

Apesar de o poder estar aberto às resistências, neste caso, a fragilidade económica, os atores lutam para promover e reconstruir novos objetivos e argumentos. Neste sentido, a correlação e coocorrência entre financiamento – crise, autonomia – crise e autonomia – financiamento verifica-se, uma vez que a classe política madeirense, através do discurso, responde às demandas impostas pela Troika e através da retórica dá sentido *post hoc* e legitima os seus argumentos no sentido de alcançar maior autonomia ou até mesmo, em menor escala, independência e financiamento.

3. Ano de 2012

3.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Em 2012, crise e autonomia foram as palavras que mais se citaram. Em comparação com o ano anterior, financiamento e independência mantiveram a mesma escala. 2012 caracterizou-se por ser a segunda maior recessão desde que existem dados. Neste sentido, a utilização do termo crise e, consequentes componentes económicos, permitiram à classe política madeirense fundamentar com alguma facilidade autonomia, independência e financiamento.

3.2. Coocorrência e correlação

A partir de 2012, a economia portuguesa apresentou um enquadramento condicionado pelos compromissos decorrentes do pedido de assistência financeira, materializados no Memorando de Entendimento (Governo Regional, 2012: 10). Já “apalpando o terreno” e tendo consciência da gravidade económico-financeira, a classe política madeirense questionou *quanto é que foi o défice financeiro, de acordo com o procedimento de défices excessivos, da Região Autónoma da Madeira?* o que correspondia a 23%, ou seja, 1 125 milhões de euros (Pereira, 2012: 31). Continuando o raciocínio, *Significa que vamos continuar a ter que ser penalizados desta forma extrema por um governo completamente imponderado, insensato e absolutamente insensível face àquilo que se passa na Madeira.* (Pereira, 2012: 31).

Portanto, colocando-se dentro deste contexto económico desfavorável, a classe política, estrategicamente, é cautelosa em empregar a autodeterminação. Isto é, através do discurso

afirmavam que *A nossa Autonomia, uma conquista de gerações, está hoje hipotecada ao Estado Central, devido ao Plano de Ajustamento Financeiro subscrito pelo Governo Regional* (Rodrigues, 2012: 11). Face às medidas impostas, a classe política demonstra resistência através do discurso e aclama a necessidade de *Resgatar a Autonomia da Madeira sequestrada no terreiro do Paço* (Rodrigues, 2012: 12). No ano de 2012, a classe política referiu que soube aproveitar a autonomia política administrativa e os órgãos de governo próprio para reivindicar junto do poder central mais igualdade, mais oportunidade e criação de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento madeirense (Pita, 2012: 5).

Relacionado com este objetivo, um outro era

o aprofundamento da autonomia, assumindo-a como um processo dialético, como um processo em que a autonomia progressiva deveria a partir daqui, a partir deste que é o órgão primeiro de governo próprio da Região, caminhar para um patamar mais avançado, muito mais avançado do funcionamento do sistema autonómico (Silva, 2012: 21).

Sentiram a necessidade de definir um quadro legislativo que favoreça a Região como região ultraperiférica no plano do direito comunitário, a definição da relação com Portugal Continental a todos os níveis, esclarecendo quais são as competências próprias e específicas, para *podermos caminhar no sentido de procurar a nossa autossuficiência e, se possível, a nossa independência económica e financeira* (Correia, 2012: 40). Não obstante, a independência poderia ser um caminho, caso *as coisas não corressem bem* (Rodrigues, 2012: 38).

Sabendo utilizar o seu poder, a classe política madeirense afirmou que a governação anterior atirou a economia para a *dependência causal entre financiamento: o orçamento, a economia e as pessoas, acabando por temos um orçamento cronicamente dependente de financiamento exterior, o tal endividamento* (Almeida, 2012: 4). Aquando da discussão do orçamento, a classe política diria que o mesmo merecia ser aprovado, *porque assegura os financiamentos para todos os investimentos que beneficiam de apoios comunitários* (Jardim, 2012: 31). Era neste orçamento que *iremos dotar de mais 10 milhões, e de acordo com a informação que, aliás, de acordo com o que eu disse, 10 milhões de euros vamos transferir do FEDER para o Fundo Social Europeu* (Garcês, 2012: 25). Ressalvavam, ainda, a necessidade de *financiamento para os próximos 4 anos são 3,5 mil milhões de euros* (Barreto, 2012: 7).

Neste ponto, a coocorrência e correlação entre crise – financiamento e autonomia – crise deve-se à capacidade de a classe política saber se posicionar face às limitações e conjunturas políticas e económicas impostas. Por outras palavras, através da sua resistência domina o

significado de autodeterminação e aplica-o, cuidadosamente, através de termos equivalentes (autonomia e independência) de forma a legitimar os argumentos que servem de base para a arrecadação de financiamento.

4. Ano de 2013

4.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Em 2013, crise e autonomia foram as expressões mais referenciadas, seguindo-se financiamento e, em menor frequência, independência. Sabendo se colocar diante de um contexto económico crítico, a classe política utiliza a crise de forma a validar as suas reivindicações autodeterminísticas e, consequentemente, financiamento.

4.2. Coocorrência e correlação

Em 2013, a

Europa do sul está desmoralizada, Portugal não dá sinais de recuperação, nem o caminho prosseguido nos levará lá, com uma dívida galopante e com um crescimento quase nulo é impossível com os indicadores reais ultrapassar a crise, cumprindo os prazos de regularização da dívida, pois entramos num círculo vicioso, não há dinheiro, a banca não empresta, não há criação de emprego, emigra-se, fecham-se empresas, ora assim não é possível o crescimento (Pita, 2013: 6).

A economia estava de rastos, o desemprego aumentava, os jovens emigravam, o sistema da Segurança Social não aguentava, nem o povo resistia ao aumento de impostos e à crise criada e instalada (Pita, 2013: 39). A perda de rendimentos e a subida brutal dos impostos verificados em 2011, desequilibraram os orçamentos e muitas famílias foram obrigadas a entregar habitações e outros bens a entidades bancárias (Rodrigues, 2013: 11). O PAEF representou o fim da diferenciação fiscal e o aumento brutal de todos os impostos, a redução e suspensão dos subsídios de insularidade e o corte em apoios sociais atribuídos aos cidadãos e às famílias (Ramos, 2013: 16).

Neste quadro económico, adotando uma posição de resistência a classe política madeirense elaborou o seguinte estratagema

É esta a nossa obrigação, de deixarmos de olhar para fora e só criticar, de olharmos mais para o umbigo, para o que somos e o que queremos, em reformar o sistema, pô-lo a funcionar para o bem da Região, ou então dizer que se é assim que querem, de uma máscara, então que deixemos de brincar ao Carnaval, que fiquem com as competências e serviços, que nos governem de lá, ou então que voltemos aos idos de 1974/1976 e que acabemos com o processo de independência (Pita, 2013: 7).

Um dos deputados colocou a questão de que se o PSD está disposto a criar todos os mecanismos legais para que a Madeira promova um referendo, se quer ou não a independência em relação ao território nacional? (Cunha, 2013: 9). Relembaram que o slogan “das mais belas e livres”, não é por acaso que está lá escrito a palavra “livres”, é um sentimento que nós, madeirenses, têm e sentem, que nós precisamos de um aprofundamento da autonomia (Gouveia, 2013: 11). Era esta autonomia real que pode iria consubstanciar e garantir a sustentabilidade que a Região precisa (Spínola, 2013: 30).

Havendo dinheiro disponível na banca e empréstimos a juros mais favoráveis, fomos à banca e começámos a mudar a Madeira (Jardim, 2013: 35). Afirmam que com a entrada na União Europeia, o crime era não ter aproveitado todos os fundos europeus que era possível aproveitar (Jardim, 2013: 36). Por outro lado, evidenciam que o Governo da República ainda não libertou os 253 milhões de euros do empréstimo que está acordado (Jardim, 2013: 46). Através da negociação da flexibilização do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro da Madeira, foi possível um aumento de 150 milhões para 172 milhões na formação bruta do capital fixo, o que permitiu aproveitar melhor os fundos europeus e viabilizar o cumprimento da Lei de Meios; permitiu uma operação para pagamentos no valor de 1 100 milhões; permitiu que o Estado salvaguardasse, através dum financiamento, o pagamento de empréstimos que venciam em 2015, entre outros (Ramos, 2013: 24).

A coocorrência e correlação entre autonomia – crise e independência – crise explica-se pela capacidade de a classe política dominar os termos equivalentes de autodeterminação nos contextos corretos. Controlando o contexto e utilizando termos mais “suaves” conseguem resistir às políticas impostas pela Troika e pelo Estado português e trazem os efeitos desta capacidade à sua intensidade máxima, ou seja, obter financiamento.

5. Ano de 2014

5.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Em 2014, a autonomia se destacou em relação aos restantes indicadores. Seguindo-se a crise e o financiamento. Por fim, a independência. Tal deve-se à capacidade de a classe política madeirense aproveitar o contexto económico (medidas impostas pela Troika, PAEF e crescimento do PIB abaixo do esperado e desaceleração da procura interna) em que se encontra de forma a legitimar um termo subsequente de autodeterminação, ou seja, a autonomia, em maior grau, e independência, em menor grau, de forma a arrecadar financiamento.

5.2. Coocorrência e correlação

Passado um ano, ainda num cenário crise, a classe política madeirense enunciava que *Impõe-se austeridade, se aprovam decretos à força, se mantém carga fiscal absolutamente criminosa, se esmagam expectativas, se aumentam os problemas sociais e a pobreza* (Jardim, 2014a: 15). Resumindo a situação, consideram que há

Uma autonomia sequestrada em Lisboa devido às suas irresponsabilidades financeiras; - Uma dívida superior a 7 mil milhões de euros; - Orçamentos regionais hipotecados até 2030 pelos negócios ruinosos da Via Expresso e da Via litoral; - Os impostos mais altos do país, o que está a asfixiar as empresas e as famílias da Madeira; - Mais de 22 mil pessoas sem trabalho; - Nova vaga de emigração (...); - 20 por cento da população madeirense e porto-santense em situação de pobreza; - Regressão acentuada do Produto Interno Bruto nos últimos anos (Rodrigues, 2014: 19).

A luta pela Autonomia é uma luta do que nós não podemos abdicar (Jardim, 2014a: 24). Isto porque, *se tivéssemos mais autonomia, se fôssemos nós a negociar junto de Bruxelas o Centro Internacional de Negócios, não tínhamos passado por isto, a nossa economia estava mais forte, nós, os madeirenses, estávamos melhor?* (Fernandes, 2014: 9). Em 2014, a classe política reivindicou, pelo menos duas vezes, independência (Coelho, 2014: 17). Por outro lado, *sem meios financeiros não há autonomia!* (Silva, 2014: 19). Seguindo esta ideia, *Havia crédito na banca, tínhamos que aproveitar os fundos europeus, que era dinheiro de graça* (Jardim, 2014a: 19). Também, *Tínhamos que ir buscar o dinheiro europeu, os fundos europeus, tínhamos que ter a quota-parte, porque a Constituição colonialmente impõe que seja a*

Madeira, o Orçamento da Madeira, a pagar a quota nacional necessária para poder aproveitar os fundos europeus (Jardim, 2014a: 19).

Um dos compromissos da classe política foi reformar o sistema político, pois a *Madeira precisa de uma Nova Política assente nos ideais de serviço ao Bem Comum no primado da Pessoa humana* (Rodrigues, 2014: 10). Isto porque no seu entender *A autonomia, como forma de governo próprio não sai prestigiada, porque a autonomia deve significar uma maior eficiência dos assuntos que interessam à Região ou às localidades e, desse ponto de vista, este diploma devia ter vindo mais cedo e, desse ponto de vista, está atrasado* (Martins, 2014: 26 novembro).

Ao referenciarem a Carta das Nações Unidas, afirmaram que quando *um Estado impõe a outro território geograficamente separado um Estatuto Político-Administrativo que este não aceita, nós estamos rigorosamente, à face do direito internacional, numa situação colonial, por isso eu não me cansarei de considerar a situação da Madeira uma situação colonial* (Jardim, 2014a: 23). Por conseguinte, optaram pelo seguinte:

Assim, esta Assembleia tem que pugnar pelas exigências de clarificação da amplitude das competências regionais, entendendo-se que, para superar esta situação, que a solução (aliás, como o projeto de revisão) a definição das competências do Estado nas Regiões Autónomas se confinar (...), as competências do Estado se confinarem à matéria de direitos, liberdades e garantias, política externa, defesa nacional, segurança interna, sistema nacional de segurança, conferindo às Regiões Autónomas, à semelhança do que vai acontecendo com situações similares pela Europa, as restantes competências legislativas (Correia, 2014: 5).

Neste sentido, a realidade compreendida é reconhecível através de discursos politicamente condicionados. A classe política, por meio do discurso, delimitou campos económicos que permitiram definir perspetivas legítimas e estabelecer objetivos. Logo, a coocorrência e correlação entre autonomia – financiamento e crise – financiamento surge na capacidade de se posicionar no contexto económico e tirar partido do mesmo, ou seja, com as medidas impostas pela Troika, como por exemplo a redução de investimento ou o corte de financiamento, a classe política através dos significados decorrentes de autodeterminação resiste às medidas impostas através de uma espécie de chantagem, cujo intuito é financiamento e mais autonomia.

6. Ano de 2015

6.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Financiamento foi a palavra-chave de 2015. De seguida, com a mesma intensidade, crise e autonomia. E por fim, independência. Devido às melhorias económicas, mais concretamente o crescimento do PIB, mas ainda sentindo as repercussões da crise, a classe política madeirense através do discurso conseguiu se posicionar neste contexto e recorreu à crise, autonomia e independência para embolsar financiamento.

6.2. Coocorrência e correlação

No seguimento de uma época de crise, em 2015, ainda se sentiam as suas repercussões. A classe política madeirense ditava que

Estamos com problemas financeiros e de endividamento, estamos dependentes de financiamentos exteriores, quer da comunidade, quer do orçamento nacional, temos uma imigração forçada, acentuada, muito próximo da década de 60, temos taxas de desemprego acima do chamado razoável, taxas de falência elevada, tecido empresarial em destruição total, agravamento das desigualdades, acentuação da pobreza, mais de 30%, que já temos diagnosticado, agravamento dos impostos, nomeadamente os impostos diretos e indiretos, referência também para que o crescimento económico, do ponto de vista mais quantitativo e qualitativo do desenvolvimento da qualidade de nível, baixo (Costa, 2015: 5).

Com efeito, só com as contas equilibradas é que *poderemos afirmar politicamente, apresentando o nosso modelo autonómico como a melhor opção político-administrativa para o País, evidenciando as Autonomias como o melhor modelo de governação no interesse do progresso e desenvolvimento das populações, atentas as nossas especificidades* (Pereira, 2015: 34). Em 2015, propuseram o aprofundamento da autonomia e um novo contrato financeiro entre a Madeira e o Estado com a reestruturação da dívida, bem como um sistema fiscal competitivo que reduza os impostos e possibilite captar investimento externo (Rodrigues, 2015: 9). Neste ano, quando exigiam autonomia, não estavam *a pedir a independência, apenas democracia* (Prada, 2015: 14). Contudo, a autonomia teria de ser a afirmação do direito ao desenvolvimento económico e social e não, apenas, a descentralização decorrente da consciência das especificidades da geografia e da idiosincrasia (Vasconcelos, 2015: 6).

Conseguiram alcançar, através do PIDDAR, uma verba de 14,6 milhões de euros para a promoção, animação e valorização turística (Torres, 2015: 5). Recuperaram 43 milhões de euros relativos ao Fundo de Coesão, os quais tinha sido confiscados na Lei de Finanças Regionais (Rodrigues, 2015: 9). Relativamente à *negociação para os fundos comunitários eu acho que foi uma grande negociação, conseguimos 415 milhões de euros, mais cerca de 400 milhões, que dá um horizonte de fundos comunitários mensurados em cerca de 915 milhões de euros* (Albuquerque, 2015: 11).

A coocorrência entre independência e crise e independência e financiamento é baixa, pois quando exigiam autonomia, não estavam a pedir a independência, apenas democracia. O decréscimo da correlação entre autonomia e crise deve-se à melhoria da situação económica e de já não se encontrar em vigor as medidas impostas pela Troika. A correlação e coocorrência entre autonomia e financiamento é moderada, pois manteve-se a “tradição” de os atores recorrerem a atividades discursivas para reproduzir benefícios.

7. Ano de 2016

7.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Novamente, o financiamento é a palavra mais citada. Com menor frequência segue-se a expressão crise. A autonomia e a independência foram as menos instrumentalizadas. Isto porque devido ao crescimento económico português e fim dos condicionamentos impostos pela Troika, a classe política madeirense não dispõe de tanta facilidade em conseguir utilizar e relacionar crise, autonomia e independência.

7.2. Concorrência e correlação

A partir de 2016, a economia cresceu 1,4%. Tal deveu-se ao aumento da procura interna, à recuperação do investimento e ao aumento do consumo privado. A classe política madeirense fez a questão de relembrar que *Após uma fase de extrema injustiça para com os funcionários públicos, que acabaram por ser uma espécie de bode expiatório da crise em Portugal, finalmente, e de forma gradual, estes poderão respirar um pouco de alívio* (Prada, 2016: 28).

Ao aproveitar o folgo da recuperação económica, a classe política, estrategicamente, coloca o cerne de que só haverá autonomia com independência financeira (Costa, 2016: 17). Também, *O tempo é, hoje, de recuperar a autonomia sequestrada* (Barreto, 2016: 3). *Pensar que há aqui claramente um colonialismo, mantém-se o colonialismo financeiro* (Costa, 2016: 17). Só será possível *nós nos libertarmos dos tentáculos da República se, efetivamente, tivermos esta autonomia financeira* (Costa, 2016: 17). Mas, *aquela autonomia que nós queremos e exigimos e até queremos ampliar, também nos servia para repor o diferencial fiscal (...)* (Leandro, 2016: 15).

Embora a melhoria da situação económico-financeira portuguesa, o pedido de financiamentos continuou. Apesar da diminuição de 43 milhões de euros nos fundos comunitários, houve um aumento de 65 milhões de euros nos empréstimos de médio e longo prazo (Trancoso, 2016: 60). De 83 milhões de euros de fundos comunitários, 53 foram aplicados em programas plurianuais e os restantes pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (Costa, 2016: 26). É importante ter em conta que por via do Plano Juncker foram disponibilizados 240 mil milhões de euros para investimento e 75 mil milhões de apoio às pequenas e médias empresas (Costa, 2016: 26).

Devido à melhoria da situação económica, a coocorrência e correlação entre crise – financiamento e autonomia – financiamento, autonomia – crise é insignificante, pois a classe política não se encontra tanto condicionada económica e politicamente. Conquanto, através da observação da história política e económica da Madeira, o discurso da classe política é eficiente em negociar e capturar financiamento.

8. Ano de 2017

8.1. Nuvem de palavras e matriz de contingência

Em 2017, a autonomia voltou ao destaque, seguindo-se com menos referência financiamento e crise. Tal deve-se ao facto de a classe política madeirense já não dispor de um contexto económico e limitações político-económicas que permita estar, constantemente, a citar, mais concretamente financiamento e crise.

8.2. Coocorrência e correlação

Em 2017, a economia portuguesa cresceu 2,7%. Tal deveu-se à aceleração do investimento e da procura externa. Não obstante estas melhorias, a classe política afirma que as revoltas nas diferentes aceções da palavra podem servir para conquistar novos horizontes, para conquistar autonomia, para conquistar a independência (Leandro, 2017: 14). A autonomia será sempre um processo inacabado, evolutivo e aberto à melhoria contínua (Cardoso, 2017: 19). Por isso, (...) *há mesmo apoios e fundos ao nível da União Europeia que podem ser, perfeitamente desencadeados e reivindicados, mesmo pela governação regional* (Vasconcelos, 2017: 14). A tensão existente nas relações entre os poderes regional e nacional foi, até um determinado momento, virtuosa para os interesses da Madeira (Marques, 2016: 5). Esta foi a forma encontrada pelos autonomistas madeirenses para suprir a ausência de um quadro razoável e estável de financiamento da região (Marques, 2017:5). A defesa da autonomia e o reforço das competências autonómicas permitirão trilhar o caminho do desenvolvimento económico e social (Marques, 2017: 5). Também, a construção da autonomia nasce da necessidade sentida pelo povo madeirense para trilhar o seu caminho de emancipação, uma vez que esteve votado ao isolamento, abandono e esquecimento, durante cinco séculos de poder colonial (Coelho, 2017: 6).

A baixa correlação e concorrência entre todos os indicadores era espectável, pois ao observar a conjuntura económica e política, a classe política conclui que já não tem à sua disposição um contexto desfavorável em que consiga edificar uma melhor estratégia reivindicativa. Por outro lado, também Portugal e a região já não se encontram condicionados pelas medidas impostas pela Troika.

CAPÍTULO V – Conclusão

A dissertação teve como principal objeto de estudo a utilização do discurso político da autonomia pela classe política madeirense no período 2010-2017. Tendo em conta que são pouquíssimos os estudos que procuram conhecer a autodeterminação madeirense e que a análise do discurso da autodeterminação se encontra inexplorado, a dissertação colmatou estas falhas na literatura.

O discurso, ao controlar a forma como algo poderá ser dito, influência como as ideias são colocadas em prática e regula a conduta dos outros. Neste sentido, o discurso político é um instrumento que legitima quer objetivos, quer argumentos. Apesar da autodeterminação ter um papel fundamental na evolução das ideias, das normas e das práticas políticas, a mesma transcendeu de uma simples expressão para se tornar numa estratégia de legitimação que é capaz de moldar a política. Neste sentido, os atores estatais tentam dominá-la como um princípio e uma prática, mantendo o termo e subsequentes termos equivalentes. Também, mudam o seu significado e utilizam-no como um recurso e fonte de ameaça. Portanto, a autodeterminação pode ser, ao mesmo tempo, um objetivo e um instrumento de estratégia.

Uma estratégia de sucesso com base no princípio da autodeterminação seria, portanto, responsável por três elementos fundamentais (Danspeckgruber, 2014: 9). Primeiro, a estratégia define os objectivos e como será utilizada durante conflitos e negociações (Danspeckbruber, 2014: 10). Segundo, estabelece como garantirá os meios, os recursos e os aliados para alcançar tal resultado (Danspeckgruber, 2014: 10). Terceiro, deve ter em conta a permanência no poder de forma a sustentar a tentativa de autodeterminação, a iniciativa ou a luta contra um possível obstáculo (Danspeckguber, 2014: 10).

Sabendo que alguns sujeitos têm um mandato para falar e atuar, enquanto outros são invisíveis, no caso da Região Autónoma da Madeira, é a classe política que através da arte da retórica desenha o seu estratagema. Além de que, a adaptabilidade dos significados de autodeterminação permite a classe política prosseguir os seus objetivos. Isto para dizer que através da lógica e ameaça da autodeterminação quer interna, quer externa promovem as suas ambições, mais concretamente a obtenção de financiamentos a nível europeu e a nível nacional. Tal como refere Danspeckgruber, a lógica da autodeterminação para promover e racionalizar ambições nacionais pode ser utilizada como um instrumento de influência, instigando,

manipulando, seduzindo, mobilizando indivíduos ou comunidades de forma a atingir os seus interesses (2014: 8).

Embora, diferentes contextos quer políticos, quer económicos ou até mesmo sociais permitam ou não distintas formas de autodeterminação, existem algumas questões difíceis de negociar e de encontrar soluções (Danspeckgruber, 2014: 9). As negociações ocorrem não só entre os eus, mas também com terceiros, o que prova que muitos dos conflitos contemporâneos de autodeterminação não são mais tão locais, mas cada vez mais internacionais (Danspeckgruber, 2014: 9). Neste caso, podemos encontrar semelhanças ao caso da classe política da RAM, uma vez que através dos discursos que profere, durante e após cenários económicos negativos, reivindica quer seja autonomia, quer seja independência chega às entidades internacionais e, apesar de serem complicadas as negociações, consegue obter financiamento.

Afirmo que a classe política diante de contextos financeiros e económicos desfavoráveis, ergue um discurso estratégico através da alteração do significado de autodeterminação, utilizam-no como um recurso e fonte de ameaça. Portanto, a autodeterminação pode ser, ao mesmo tempo, um objetivo e um instrumento de estratégia. O apelo às finanças e aos financiamentos faz-se, não só pela busca de condições que conduzam à materialização do processo autonómico, mas também pelos combates que o mesmo propiciou. Isto é, através da adaptabilidade dos significados de autodeterminação, a classe política madeirense estabelece os seus objetivos. É através da lógica e ameaça da autodeterminação quer interna, quer externa que promovem as suas ambições, mais concretamente a obtenção de financiamentos.

A primeira hipótese que coloquei na feitura desta tese - a classe política madeirense, por meio do discurso, reivindica autonomia e independência -, confirma-se. O discurso político é a sua ferramenta estratégica e de legitimação dos seus fundamentos. Vendo a autodeterminação como uma “arma” discursiva que deve ser dominada, a classe política desenha o estrategema à sua volta, ou seja, uma retórica reativa utilizada para dar sentido *post hoc* a certas mudanças. A invocação à autodeterminação é preservada enquanto o seu núcleo é transposto para apoiar arranjos sub-estatais, mais concretamente a partilha de poderes e regimes de autonomia.

Quanto à segunda hipótese que apresentei - os discursos reivindicativos de autonomia e independência surgem com mais intensidade em períodos de crise com o intuito de obter

financiamento -, a mesma é verdadeira. Conquanto, difíceis conjunturas económicas permitam diferentes formas de autodeterminação, existem algumas questões difíceis de negociar e de encontrar soluções. Isto é, além da crise económica e financeira ter um grande impacto na região, a mesma lidou com um quadro de restrições orçamentais decorrentes dos condicionalismos impostos pelo Memorando de Entendimento entre Portugal e a Troika e pelo PAEF - RAM. Assim, tendo em conta a conjuntura económica, a classe política madeirense, por meio da resistência e de estratégias, delimitou medidas no sentido de reforçar a autonomia e da consolidação das finanças públicas. Sabendo que os recursos eram cada vez mais escassos, a classe política através do discurso instituía uma correlação e coocorrência entre a autodeterminação, neste caso autonomia e independência, com a crise. É a partir da validação de que as consequências da crise impedem e condicionam o desenvolvimento da autonomia e da economia regional que exigem financiamento e o aproveitamento integral dos fundos europeus e nacionais.

Concluído o período crítico da crise económico-financeira, o fim do PAEF e as medidas impostas pela Troika, a classe política madeirense já não dispõe de um contexto que permita medrar iniciativas estratégicas que permitam coconcorrer e correlacionar crise, autonomia, independência e financiamento. Porém, aproveitando o desafogo, a classe política considera que a autonomia fiscal deverá materializar-se num sistema política próprio. O reforço da autonomia financeira passa pela capacidade de financiamento autónomo, sendo essencial a sucessão da obtenção de saldos orçamentais compatíveis com uma gestão orçamental equilibrada, porquanto daqui advirá a necessária credibilidade, de forma a que tenha acesso a financiamento junto dos mercados financeiros sem apoio de entidades externas, condicionadoras da autonomia política.

A autodeterminação interna e externa e as finanças fazem parte da essência do discurso político da classe política madeirense. O apelo à situação económico-financeira e aos financiamentos faz-se pela busca de condições que conduzam à materialização do processo autonómico e pela captação de financiamento. A classe política madeirense ao discursar, quase sempre, profere palavras como um símbolo de poder e ferramenta de contestação contra o poder central. Também, com o intento de obter mais financiamentos, a classe política, através do discurso, constrói um movimento de autodeterminação que se ergue, acentuada e persuasivamente, durante o período de crise, crescendo na era da Troika, enquanto que a partir do período pós-Troika as reivindicações tornam-se menos frequentes e menos agudas.

Bibliografia

Artigos Em Revistas Científicas

ABULOF, U. (2015). “We the peoples? The strange demise of self-determination”. *European Journal of International Relations*. Vol 22, (3), pp. 536–565. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066115595096>, consultado a 10 de julho de 2018

BALOGUN, J., JACOBS, C., JARZABKOWSKI, P., MANTERE, S. and VAARA, E. (2009). “Strategy as discourse: Its significance, challenges and future directions”. *Journal of Management Studies*, Vol. 46 (3), pp. 175-201. Disponível em <https://doi.org/10.1111/joms.12059>, consultado a 22 de setembro de 2018

BRANQUINHO, I. (1997). “Autonomia regional e coesão nacional”. *Nação e Defesa*. N.º 81, pp. 105-119. Disponível em, https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1556/1/NeD81_IsildaBranquinho.pdf, consultado a 3 de abril de 2018

BRENNEISEN, E., MENDONÇA, S. & ALVES, G. (2006). “Relações Entre Discurso Político E Discurso Jornalístico”. *Ciências Sociais em Perspectiva*, Vol. 9 (5), pp. 13-22. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1415/1147>, consultado a 11 de setembro de 2018

EZZAMEL, M. & WILLMOTT, H. (2008). “Strategy as Discourse in a Global Retailer: A Supplement to Rationalist and Interpretive Accounts”. *Organization Studies*. Vol. 29 (2), pp. 191-217. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0170840607082226>, consultado a 9 de setembro de 2018

(2010). “Strategy and strategizing: A poststructuralist perspective”. *Advances in Strategic Management*. Vol. 27, pp. 75-109. Disponível em DOI: 10.1108/S0742-3322(2010)0000027007, consultado a 21 de setembro de 2018

GODDARD, SE (2009). “When right makes might: How Prussia overturned the European balance of power”. *International Security*, Vol. 33 (3), pp. 110–142. Disponível em <https://doi.org/10.1162/isec.2009.33.3.110>, consultado a 16 de setembro de 2018

HARDY, C., PALMER, I., PHILLIPS, N. (1999). “Discourse as a strategic resource”. *Human Relations*. Vol. 53 (9), pp. 1227–1248. Disponível em <https://minerva-access.unimelb.edu.au/bitstream/handle/11343/116084/28Discourse%20as%20a%20Strategic%20Resource.pdf?sequence=4&isAllowed=y>, consultado a 10 de setembro de 2010

HARDY, C. & THOMAS, R. (2014). “Strategy, Discourse and Practice: The Intensification of Power”. *Journal of Management Studies*. Vol. 51 (2), pp. 320–348. Disponível em <http://hdl.handle.net/11343/116063>, consultado a 8 de setembro de 2018

HARDY, C., & PHILLIPS, N. (1998). “Strategies of engagement: Lessons from the critical examination of collaboration and conflict in an interorganizational domain”. *Organization*

Science, 9, pp. 217-230. Disponível em, <https://doi.org/10.1287/orsc.9.2.217>, consultado a 14 de setembro de 2018

INKPEN, A., & CHOUDHURY, N. (1995). "The seeking of strategy where it is not: Towards a theory of strategy absence". *Strategic Management Journal*, Vol. 16, pp. 313-323. Disponível em <https://doi.org/10.1002/smj.4250160405>, consultado a 10 de setembro de 2018

PÄLLI, P., VAARA, E. and SORSA, V. (2009). "Strategy as text and discursive practice: a genre-based approach to strategizing in city administration". *Discourse & Communication*, Vol. 3 (3), pp. 303–318. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1750481309337206>, consultado a 19 de setembro de 2018

SIMPSON, B. (2012). "The United States and the curious history of self-determination". *Diplomatic History*. Vol. 36 (4): pp. 675–694. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/44376167>, consultado a 15 de setembro de 2018

Livros

BARDIN, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

Berger, P. & Luckmann, T. (1967). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. London, Penguin Press

BESSA, A. (1979). *Dicionário Político do Ocidente*. Braga, Editorial Intervenção.

BOURDIEU, P. (1972). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, University Press

CARITA, R. (2006). *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*. Funchal, ALRAM

CARVALHO, P., RAMOS, M., Haro, F. *et al.* (2016). *Investigação em Ciências Sociais. Guia Prático do Estudante*. Lisboa, PACTOR

EISENBERG A., WEBBER. J., Coulthard, G. *et al.* (2014). *Recognition Versus Self-Determination: Dilemmas of Emancipatory Politics*. Vancouver, UBC Press.

FAIRCLOUGH, N. (1992). *Discourse and social change*. Cambridge, Polity Press

FOUCAULT, M. (1978). *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*. Harmondsworth, Penguin.

(1979). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Harmondsworth, Penguin.

(1980). *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. Brighton, Harvester Press

(1972). *The archaeology of knowledge*. London, Routledge

- (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa, Relógio D'Água
- HAMEL, G., & PRAHALAD, C. (1994). *Competing for the future*. Boston, Harvard Business School
- MILLS, S. (2003). *Michel Foucault*. Oxford, Routledge.
- MOREIRA, A. (2003). *Ciência Política*. Coimbra, Almedina
- PARKER, I. (1992). *Discourse dynamics*. London, Routledge
- PINTO, C. (1989). *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo, Editora Hucitec
- SCRUTON, R. (2007). *The Palgrave Macmillan Dictionary of Political Thought*. Nova Iorque, Palgrave Macmillan
- VIEIRA, A. (2000). *A Autonomia e o Deve e o Haver das Finanças da Madeira*. Funchal, CEHA
- (2003). *Autonomia e História das Ilhas*. Madeira, CEHA
- (2014). *O DEVE E O HAVER DAS FINANÇAS DA MADEIRA – Vol. I: Finanças Públicas e Fiscalidade na Madeira nos Séculos XV a XXI*. Funchal, CEHA
- (2016a). *Autonomia insular. Alguns dados para outra leitura*. Madeira, CEHA
- (2016b). *Ao encontro das memórias e dos discursos da autonomia insular. O Arquipélago da Madeira*. Madeira, CEHA

Capítulos de livros

- CONDOR, S., & ANTAKI, C. (1997). “Social cognition and discourse”. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as structure and process*. London: Sage, pp. 1-34. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4135/9781446221884>, consultado a 9 de setembro de 2018
- BALDI, C. (1998). “Autodeterminação” in BOBBIO, Norberto, PASQUINO, Gianfranco, MATTEUCI, Nicola, *Dicionário de Política*, Vol. 1, pp. 71-75. 11.^a Edição. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília, UNB
- GRANT, D., KEENOY, T., & OSWICK, C. (1998). “Introduction: Organizational discourse: Of diversity, dichotomy and multi-disciplinarity”. In D. Grant, T. Keenoy and C. Oswick (Eds.), *Discourse and organization*. London: Sage, pp. 1-13. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0018726700539001>, consultado a 11 de setembro de 2018

HALL, S. (1992). “The West and the Rest” in Hall, S. and Gieben, B. (eds.) *Formations of Modernity* Cambridge: Polity Press/The Open University, pp. 185 - 227

KNIGHTS, D. and VURDUBAKIS, T. (1994). “Foucault, power, resistance and all that”. In Jermier, J., Knights, D., Nord, W. (Eds.), *Resistance and Power in Organizations*. London: Routledge, pp. 564-568. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/259334>, consultado a 20 de setembro de 2018

OKLOPCIC, Z. (2014). “A farewell to rhetorical arms? Unravelling the self-determination of peoples” in Eisenberg A, Webber J, Coulthard G et al. (eds) *Recognition Versus Self-Determination: Dilemmas of Emancipatory Politics*. Vancouver: UBC Press, pp. 101–124

WOOD, M. (s.d.). “Independence” in *The Princeton Encyclopedia of Self-Determination*. Princeton, Liechtenstein Institute on Self-Determination. Disponível em <https://pesd.princeton.edu/?q=node/251>, consultado a 10 de abril de 2018

Legislação

Carta das Nações Unidas. Disponível em http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/carta_das_nacoes_unidas.pdf, consultado a 23 de setembro de 2018

Diário da República II Série – A, Número 20, XI LEGISLATURA 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011), 22 de outubro de 2010. Disponível em <http://app.parlamento.pt/darpages/dardoc.aspx?doc=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a544556484c305242556b6c4a4c305242556b6c4a51584a7864576c326279387977716f6c4d6a42545a584e7a77364e764a5449775447566e61584e7359585270646d45765533566963384f70636d6c6c4a544977515339455156497453556b74515330774d6a41756347526d&nome=DAR-II-A-020.pdf>, consultado a 13 de setembro de 2018

Lei n° 130/99, de 21 de agosto - Estatuto Político Administrativo da RAM. Lisboa, Assembleia da República

Tese de Doutoramento

PEREIRA, P. (2015). *Auto-determinação nacional para além do controlo político de um território: Uma proposta de análise à emancipação colectiva e à autonomia individual em sociedades multi-étnicas*. Coimbra, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30193/1/Auto-determinação%20nacional%20para%20além%20do%20controlo%20político%20de%20um%20território.pdf>, consultado a 6 de agosto de 2018

Site web

ABBINK, K. e BRANDTS, J. (2009). *Political Autonomy and Independence: Theory and Experimental Evidence*. University of East Anglia, CBSS. Disponível em www.uea.ac.uk/documents/166500/14307614/CBESS-09-12.pdf/975b1823-aa65-4059-a25d-3495fbd4d6d9, consultado a 18 de outubro de 2017

DANSPECKGRUBER, W. (2017). “SELF-DETERMINATION IN OUR TIMES A Brief Re-Assessment”. Disponível em, https://lisd.princeton.edu/sites/lisd/files/Danspeckgruber_Self-Determination_Oct2017.pdf, consultado a 6 de agosto de 2018

GOVERNO REGIONAL (2011). Relatório da Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2010. Funchal, Secretaria Regional do Plano e Finanças. Disponível em <https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/Conta2010.pdf>, consultado a 13 de setembro de 2018

(2012). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2011*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade. Disponível em <https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/Conta2011.pdf>, consultado 26 de agosto de 2018

(2013). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2012*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade. Disponível em <https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/conta2012.pdf>, consultado a 12 de setembro de 2018

(2014). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2013*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade. Disponível em https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/CRAM2013_V1T1.pdf, consultado a 24 de agosto de 2018

(2015). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2014*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública. Disponível em https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/CRAM2014_V1.pdf, consultado a 31 de agosto de 2018

(2016). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2015*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública. Disponível em https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/01_CRAM2015_T1V1.pdf, consultado a 6 de setembro de 2018

(2017). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2016*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública. Disponível em https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/01_CRAM2016_V1.pdf, consultado a 8 de setembro de 2018

(2018). *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2017*. Funchal, Governo Regional da Madeira. Vice-Presidência do Governo Regional. Disponível em https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/ContaRAM/01_CRAM2017_V1.pdf, consultado a 6 de setembro de 2018

MALTEZ, J. A. (2009). *Por uma identidade nacional aberta*. Disponível em http://maltez.info/Textos/por_uma_identidade_nacional_aber.htm, consultado a 25 de novembro de 2017

(2009). *Autodeterminação*. Disponível em <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Auto-determinacao.htm>, consultado a 4 de janeiro de 2018

(2009). *Autonomia Regional*. Disponível em <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Autonomia%20regional.htm>, consultado a 4 de janeiro de 2018

RODRIGUES, P. (s.a.). *Da madeirensidade: contributo para uma reflexão necessária*. Universidade da Madeira, CIERL. <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1813/1/Da%20madeirensidade.pdf>, consultado a 7 de agosto de 2018

Debates Políticos das Sessões Legislativas Regionais durante 2010–2017

ABREU, L. (2011). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 05 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/pdfextra4/Diario%20n5%20-%206.Dez.2011.pdf>, consultado a 8 de junho de 2018

ALBUQUERQUE, M. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 5 I Sessão Legislativa. Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sesoes/maio-2015/Diario-5-20-maio-2015.pdf>, consultado a 5 de agosto de 2018

ALMADA, R. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 12 de maio de 2018

ALMEIDA, R. (2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 18 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em

<http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/dirio.n.18.13.dez.2012.pdf>, consultado a 3 de julho de 2018

BARRETO, R. (2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 21 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/x_legislatura/Diario.n.21.13.Mar.2012.pdf, consultado a 10 de julho de 2018

(2016). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 80 I Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sesoes/abril-2016/ISerie-80-12-abr-2016.pdf, consultado a 8 de agosto de 2018

CARDOSO, I. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 9 de maio de 2018

(2017). Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 30 XI Sessão Legislativa (2016/2017). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/II-LEGISLATIVA-2016-2017/Diarios-Sesoes/janeiro-2017/ISerien.30-26.jan.2017.pdf>, consultado a 21 de agosto de 2018

COELHO, R. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 6 de maio de 2018

(2017). Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 49 XI Sessão Legislativa (2016/2017). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/III-LEGISLATIVA-2017-2018/Diario-Sesoes/novembro-2017/Diário%20n.º%2011%20-%2021.nov.2017/Diario-11-I-Série-21.nov.2017.pdf>, consultado a 25 de agosto de 2018

COELHO, M. (2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 40 III Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/maio/Diario.n.40.07.mai.2014.pdf, consultado a 27 de julho de 2018

COELHO, J. (2017). Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 49 XI Sessão Legislativa (2016/2017). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/II-LEGISLATIVA-2016-2017/Diarios-Sesoes/abril-2017/Diario-n.º49-18.abr.2017/ISerien.º49-18.abr.2017.pdf, consultado a 27 de agosto de 2018

CORREIA, S. (2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 17 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/x_legislatura/Diario.n.17.15.Fev.2012.pdf, consultado a 28 de junho de 2018

(2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 2 IV Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/IV-LEGISLATIVA/diarios-sessoes/outubro/Diario-2-02-out-2014.pdf>, consultado a 24 de julho de 2018

COSTA, C. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 26 I Sessão Legislativa. Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/outubro-2015/Diario-26-14-10-2015.pdf>, consultado a 1 de agosto de 2018

(2016). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 80 I Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/abril-2016/ISerie-80-12-abr-2016.pdf, consultado a 7 de agosto de 2018

CUNHA, T. (2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 26 II Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/diario.n.26.24.01.2013.pdf>, consultado a 22 de julho de 2018

ESCÓRCIO, A. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 3 de maio de 2018

FERNANDES, G. (2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 18 III Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/fevereiro/Diario.n.%2026.18.fev.2014.pdf>, Consultado a 27 de julho de 2018

FONTES, P. (2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 18 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/diario.n.18.13.dez.2012.pdf>, consultado a 30 de junho de 2018

GARCÊS, M. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 1 de maio de 2018

(2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 36 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/x_legislatura/Diario.n.36.30.Mai.2012.pdf, consultado a 6 de julho de 2018

(2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 19 IV Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/IV-LEGISLATIVA/diarios-sessoes/dezembro/Diario-19-11-dez-2014.pdf>, consultado a 25 de julho de 2018

GARRIDO, E. (2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 26 II Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/diario.n.26.24.01.2013.pdf>, consultado a 19 de julho de 2018

GASPAR, M. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 19 de maio de 2018

GONÇALVES, N. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 20 de maio de 2018

GOUVEIA, A. (2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 5 III Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/outubro/Diario.n.5.30.out.2013.pdf>, consultado a 22 de julho de 2018

JARDIM, J. (2011a). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 02 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/x_legislatura/Dirio.n.2._09.Nov.2011.pdf, consultado a 5 de junho de 2018

(2011b). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 05 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/pdfextra4/Diario%20n%20-%206.Dez.2011.pdf>, consultado a 5 de junho de 2018

(2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 18 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/dirio.n.18.13.dez.2012.pdf>, consultado a 5 de julho de 2018

(2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 39 II Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/diario.n.39.16.abril.2013.pdf, consultado a 12 de julho de 2018

(2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 19 III Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/IV-LEGISLATIVA/diarios-sesoes/dezembro/Diario-19-11-dez-2014.pdf>, consultado a 24 de julho de 2018

JESUS, V. (2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 28 II Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/diario.n.28.06.02.2013.pdf>, consultado a 12 de julho de 2018

LEANDRO, J. (2016). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 21 XI Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/II-LEGISLATIVA-2016-2017/Diarios-Sessoes/dezembro-2016/I-serie-21-12-12-2016.pdf, consultado a 15 de agosto de 2018

(2017). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 49 II Sessão Legislativa (2016/2017). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/II-LEGISLATIVA-2016-2017/Diarios-Sessoes/abril-2017/Diario-n.º49-18.abr.2017/ISerien.º49-18.abr.2017.pdf, consultado a 20 de agosto de 2018

LINO, A. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 13 de maio de 2018

MARQUES, S. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 5 I Sessão Legislativa. Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/maio-2015/Diario-5-20-maio-2015.pdf>, consultado a 5 de agosto de 2018

(2016). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 62 XI Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/fevereiro-2016/I-Serie-n-62-02-fev-2016.pdf>, consultado a 16 de agosto de 2018

MARTINS, B. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 14 de maio de 2018

(2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 8 III Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/IV-LEGISLATIVA/diarios-sessoes/novembro/Diario-8-11-nov-2014.pdf>, consultado 24 de julho de 2018

MENDONÇA, M. (2011). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 02 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/x_legislatura/Dirio_n.2-_09.Nov.2011.pdf, consultado

NUNES, L. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 9 de maio de 2018

PEREIRA, M. (2011). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 02 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/pdfextra4/Diario%20n5%20-%206.Dez.2011.pdf>, consultado a 13 de junho de 2018

(2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 30 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/x_legislatura/Diario.n.30.18.Abr.2012.pdf, consultado a 1 de julho de 2018

(2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 26 I Sessão Legislativa. Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sesoes/outubro-2015/Diario-26-14-10-2015.pdf>

PESTANA, G. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 13 de maio de 2018

PITA, C. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 7 de maio de 2018

(2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 07 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/Diario.n.7.30.out.2012.pdf>, consultado a 20 de junho de 2018

(2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 39 II Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/diario.n.39.16.abril.2013.pdf, consultado a 20 de julho de 2018

PRADA, J. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 8 I Sessão Legislativa. Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sesoes/junho-2015/Diario-8-3-junho-2015.pdf, consultado a 2 de agosto de 2018

RAMOS, J. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sesoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf

(2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 17 III Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/dezembro/Diario.n.17.19.dez.2013.pdf, consultado a 21 de julho de 2018

RODRIGUES, M. (2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 17 III Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/dezembro/Diario.n.17.19.dez.2013.pdf, consultado a 21 de julho de 2018

(2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 44 III Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/junho/Diario.n.44.03.jun.2014.pdf, consultado a 23 de julho de 2018

(2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 8 I Sessão Legislativa. Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/junho-2015/Diario-8-3-junho-2015.pdf, consultado a 2 de agosto de 2018

SILVA, E. (2010). “Reunião plenária”. In ALRAM, *Diário Assembleia Legislativa*, IX Legislatura Número: 01 III Sessão Legislativa (2009/2010). Disponível em, http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/ix_legislatura/IX.Legislatura.3.Sessao.Legislativa.pdf, consultado a 6 de maio de 2018

(2012). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 17 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em [ww.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/x_legislatura/Diario.n.17.15.Fev.2012.pdf](http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/x_legislatura/Diario.n.17.15.Fev.2012.pdf), consultado a 27 de junho de 2018

(2014). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 40 III Sessão Legislativa (2013/2014). Disponível em www.alam.pt/images/stories/III.LEGISLATIVA/DIARIOS.E.SUPLEMENTOS/maio/Diario.n.40.07.mai.2014.pdf, consultado a 29 de julho de 2018

SILVA, C. (2011). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 05 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/pdfextra4/Diario%20n5%20-%206.Dez.2011.pdf>, consultado a 13 de junho de 2018

SPÍNOLA, H. (2013). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 47 II Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/DIARIO.SESSOES/Diario.n.47.05.jun.2013.pdf>, consultado a 13 de julho de 2018

SOUSA, M. (2011). “Reunião Plenária. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, X Legislatura Número: 02 I Sessão Legislativa (2011/2012). Disponível em http://www.alam.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/x_legislatura/Dirio_n.2_-_09.Nov.2011.pdf, consultado a 11 de junho de 2018

TORRES, I. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 47 I Sessão Legislativa. Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/dezembro-2015/I-Serie-47-14-12-2015.pdf, consultado a 3 de agosto de 2018

TRANCOSO, R. (2016). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 21 II Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/II-LEGISLATIVA-2016-2017/Diarios-Sessoes/dezembro-2016/I-serie-21-12-12-2016.pdf, consultado a 10 de agosto de 2018

(2017). Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 32 IX Sessão Legislativa (2016/2017). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/II-LEGISLATIVA-2016-2017/Diarios-Sessoes/fevereiro-2017/Diario-32-01-fev-2017/ISerien.32-01.fev.2017.pdf>, consultado a 21 de agosto de 2018

VASCONCELOS, S. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 16 I Sessão Legislativa. Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/julho-2015/Diario-16-01-jul-2015.pdf>

(2016). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 80 XI Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/abril-2016/ISerie-80-12-abr-2016.pdf, consultado a 8 de agosto de 2018

(2017). Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 3 XI Sessão Legislativa (2016/2017). Disponível em <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/III-LEGISLATIVA-2017-2018/Diario-Sessoes/outubro-2017/I-Serie-nº-3-12-out-2017.pdf>, consultado a 23 de agosto de 2018

VIEIRA, R. (2015). “Reunião Plenária”. In ALRAM, *Diário da Assembleia Legislativa*, XI Legislatura Número: 42 I Sessão Legislativa (2015/2016). Disponível em, <http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/diario-sessoes/novembro-2015/Ia-Serie-n-42-24-nov-2015.pdf>, consultado a 30 de julho de 2018

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT